Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2010

MARÇO/2011

Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

João Pessoa/PB - março/2011

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CSJT – CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TST – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

TRT13 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DG- DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA

SGP - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

STP - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

CGP - CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ACS - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AJP - ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

AGE - ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

SCI - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

SCR - SECRETARIA DA CORREGEDORIA

SADM - SECRETARIA ADMINISTRATIVA

SJUD - SECRETARIA JUDICIÁRIA

SEGEPE - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

SPF - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

STI - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SAPPE - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL

SG - SERVIÇOS GERAIS

SMP - SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

SCDP - SERVIÇO DE CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

S1T -SECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA
S2T - SECRETARIA DA SEGUNDA TURMA

CCL – COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES
RG – RELATÓRIO DE GESTÃO

UJ – UNIDADE JUDICIÁRIA

IN - INSTRUÇÃO NORMATIVA

DN – DECISÃO NORMATIVA

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

I. TABELAS – QUADROS – DECLARAÇÃO- ANEXO

TABELAS

1.Varas Correicionadas
2.Processos Conciliados X Valor Arrecadado
3.Valores Arrecadados nos Meses Março/Agosto/Dezembro
4.Contratos
5.Convênios
6.Acordos de Cooperação Técnica
7.Atas de Registros de Preços
8.Revistas e Periódicos
9.Jornais e Periódicos
10.Modalidade Licitatória
11.Número de Certames Licitatórios
12.Certames Licitatórios
13.Valor Percentual de Economia
14.Total Geral das Dotações Orçamentárias
15.Programa: 09.272.0089.0396.0001 - encargos com inativos e pensionistas
16.Programa: 02.061.0571.4256.0001 - apreciação de causas na justiça do trabalho
17.Programa: 02.061.0571.4256.0001 - apreciação de causas na justiça do trabalho (administração da unidade.
18.Programa: 02.128.0571.4091.0001 – capacitação de recursos humanos
19.Programa: 02.306.0571.2012.0001 - auxílio alimentação
20.Programa: 02.331.0571.2011.0001 - auxílio transporte
21.Programa: 02.365.0571.2010.0001 - assistência pré-escolar.
22.Programa: 02.061.0571.4224.0025 - assistência jurídica a pessoas carentes.
23.Programa: 28.846.0901.0005.0001 - sentenças judiciais
24.Programa: 02.301.0571.2004.0001 - assistência médica e odontológica aos servidores
25.Programa: 02.126.0571.2c73.0001 – manutenção do sistema integrado de gestão nacional
26.Programa: 02.126.0571.5093.0001 - implantação do sistema integrado de gestão nacional
27.Programa: 02.122.0571.10wt.0025 - construção do fórum trabalhista em joão pessoa ..
28.Programa: 02.061.0571.4256.0001 - apreciação de causas na justiça do trabalho (administração da unidade)
29.Programa: 02.128.0571.4091.0001 – capacitação de recursos humanos
30.Auxílio-Transporte Urbano
31.Auxílio-Transporte Intermunicipal
32.Benefício de Assistência Pré-Escolar X Movimento – janeiro/ dezembro/2010
33.Unimed X Movimentação - janeiro/dezembro 2010
34.Uniodonto X Movimento – janeiro/dezembro 2010.

QUADROS

35.Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)
36.Item 2 da parte "A" do Anexo II da DN nº 107/2010

DECLARAÇÃO

37.Item 1 da parte "B" do Anexo II da DN nº 107/2010 – Declaração Plena do Contador

ANEXO

38. Itens 1, 2 e 3 – correspondentes aos Itens 7, 8 e 13 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

DESEMBARGADOR PRESIDENTE E CORREGEDOR
PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO

DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE E OUVIDOR
CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

DESEMBARGADORES
VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO

ANA MARIA FERREIRA MADRUGA

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA

AFRÂNIO NEVES DE MELO

EDVALDO DE ANDRADE

UBIRATAN MOREIRA DELGADO

CARGOS DE DIREÇÃO

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA
GLAUCO DA SILVA CAMPOS
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
ALBANETE MARIA DE SOUSA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO
CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
GILKA SANTOS DE AQUINO CORREA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
JOSÉ VIEIRA NETO
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
MOACYR BORBOREMA ARCOVERDE

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SAMUEL VON LAER DE NORAT
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
SECRETARIA DA CORREGEDORIA
ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA
ANDERSON ANTÔNIO PIMENTEL
SECRETARIA JUDICIÁRIA
MÔNICA MARIA LISBOA DE FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CARLOS ALBERTO VIEIRA DE MELO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
LEONARDO GUEDES PEREIRA
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MAX FREDERICO FEITOSA GUEDES PEREIRA
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL
MAURÍCIO BARBOSA DE LIRA

SERVIÇOS GERAIS

BALTAZAR PEQUENO

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

INALDO CAMELO VIEIRA FILHO

SERVIÇO DE SAÚDE

MAURÍCIO COUTINHO CUNHA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

WALTER CAVALCANTI DE AZEVEDO

SERVIÇO DE CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

PAULA ADRIANA TEIXEIRA DE CARVALHO PESSOA DE SOUZA

SECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA

JOAQUIM ANTÔNIO DOUETTS PEREIRA

SECRETARIA DA SEGUNDA TURMA

MARIA DE FÁTIMA RAPOSO DE FRANÇA

Sumário

I. TABELAS – QUADROS - DECLARAÇÃO....4
1.DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA....16
1.1.Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ) 16
1.2.INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA....17
1.2.1 - Atividade Judiciária....17
1.2.1.1.Da movimentação Processual nas Varas:....18
1.2.1.2.Da arrecadação das Varas e do Tribunal....18
1.2.1.3.Das correições efetuadas....18
1.2.1.4.Do Processo Eletrônico....20
1.2.1.5. Da Efetividade dos Processos....20
1.2.1.6 Projeto Conciliar....21
1.2.1.7 - Projeto Arrematar....22
1.2.2. Da Coordenadoria de Contratos e Licitações....23
1.2.2.1. Contratos....23
1.2.2.2 Convênios....25
1.2.2.3. Acordos de Cooperação Técnica....25
1.2.2.4. Atas de Registros de Preços....26
1.2.2.5. Revistas e Periódicos....27
1.2.2.6. Jornais e Periódicos....27
1.2.2.7. Comissão Permanente de Licitação....29
Licitações Realizadas....29
a).Modalidade de tomada de preços....29
b) Modalidade pregão – tipo presencial....30
c) Modalidade pregão – tipo licitação....32
Comentários sobre as licitações....34
Medidas implementadas e a implementar para melhorar o desempenho das atividades....36
1.2.3. Gestão Orçamentária....37
1.2.3.1.Total Geral das Dotações Orçamentárias....37
1.2.3.2.Programas Diversos....37
1.2.3.2.1.Programa: 09.272.0089.0396.0001 - Encargos com Inativos e Pensionistas 37
1.2.3.2.2. Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho 37
1.2.3.2.3.Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE)....37
1.2.3.2.4.PROGRAMA: 02.128.0571.4091.0001 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS 38
1.2.3.2.5.Programa: 02.306.0571.2012.0001 - Auxílio Alimentação....38
1.2.3.2.6.Programa: 02.331.0571.2011.0001 - Auxílio Transporte....38
1.2.3.2.7.Programa: 02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-escolar....38
1.2.3.2.8.Programa: 02.061.0571.4224.0025 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes....38
1.2.3.2.9.Programa: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais....38
1.2.3.2.10.Programa: 02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores – 39
1.2.3.2.11.Programa: 02.126.0571.2C73.0001 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO NACIONAL....39
1.2.3.2.12.Programa: 02.126.0571.5093.0001 - Implantação do Sistema Integrado de Gestão Nacional....39
1.2.3.2.13.Programa: 02.122.0571.10WT.0025 - Construção do Fórum Trabalhista em João Pessoa 39
1.2.4. Tecnologia da Informação....39
1.2.5.Planejamento Estratégico....44
1.2.6. Gestão Ambiental....47
a) Ações Ambientais....47
b) Medições Realizadas....49
1.2.7.Da Administração e Pagamento de Pessoal....49
1.2.7.1. Coordenadoria de Folha de Pagamento....49
1.2.7.2. Coordenadoria de Cadastro de Pessoal....50
1.2.7.3. Núcleo de Administração de Benefícios....51
1.2.7.4. Outras Atividades Especiais....52
1.2.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS....53
ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....55
2.1.Demonstrativo da Execução por Programa de Governo....55

2.2.Execução Física das ações realizadas pela UJ 56
2.3.Identificação das Unidades Orçamentárias 57
2.4.Programação de Despesas Correntes 57
2.5.Programação de Despesas Capital 58
2.6.Quadro Resumo da Programação de Despesas 59
2.7.Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 60
2.8.Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ....61
2.7.Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ....62
2.10.Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ 63
2.11. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação 64
2.12.Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....65
2.13.Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....66
ITEM 3 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....67
3.1.Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 67
ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....68
4.1. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores....68
ITEM 5 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....69
5.1.Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010....69
5.2.Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010 71
5.3.Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010 72
5.4.Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010 73
5.5.Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010....74
5.6.Composição do Quadro de Estagiários....74
5.7.Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. 75
5.8.Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva....76
5.9.Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra....76
5.10. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra 77
ITEM 6 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 78
6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência....78
6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios....78
6.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes....79
6.4.Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse....79
6.5.Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse....80
ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....81
9.1.Estrutura de controles internos da UJ....81
ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....83
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis....83
ITEM 11 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....84
11.1.Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União....84
11.2.Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros....85
11.3.Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ....86
ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....88
12.1. Gestão de TI da UJ....88
ITEM 14 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....89
14.1.Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ....89

14.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida....89
14.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas....89
14.4. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas....90
14.5. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas....90
14.6.Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas....92
14.7. Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ....92
14.8.Prestações de Contas de Renúncia de Receitas....92
14.9.Comunicações à RFB....93
14.10.Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas....93
14.11. Declaração de Regularidade....93
14.12. Ações da RFB....93
ITEM 15 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....94
15.1.Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 2010....94
15.2.Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 2010....99
15.3.Relatório de cumprimento das recomendações do OCI no exercício de 2010....101
15.4.Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício - Não Há....102
ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010....102
Declaração Plena do Contador 102
Declaração do Contador com Ressalva....103
Declaração Adversa do Contador....103

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial relativos à gestão dos responsáveis pelo TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – TRT 13ª REGIÃO **(TRT13)**, referente ao exercício financeiro de 2010, tendo sido elaborado observando os Atos Normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU, mais precisamente a Instrução Normativa nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010.

Está organizado de forma a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão da Unidade Gestora 080005 **(UG080005)**, bem como a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão em relação aos padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis.

Serão destacados, de maneira sucinta, alguns aspectos relativos à atuação do TRT13 no ano de 2010. Tais como o desempenho judiciário, onde os demonstrativos indicam que foram distribuídas na primeira instância 22.122 (vinte e dois mil e cento e vinte e dois) reclamações trabalhistas e julgadas, na fase de conhecimento, 23.506 (vinte e três mil e quinhentos e seis), tramitou na fase de execução 23.546 (vinte e três mil e quinhentos e quarenta e seis) processos, liquidados 168 (cento e sessenta e oito) e com execução suspensa e em arquivo provisório 3.078 (três mil e setenta e oito).

Destaque-se que foram conciliados 8.362 (oito mil e trezentos e sessenta e dois) processos que permitiram uma arrecadação de R$ 73.774.778,72 (setenta e três milhões setecentos e setenta e quatro mil e setecentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Na segunda instância, em 2010, foram distribuídos 9.319 (nove mil trezentos e dezenove) processos, autuados 8.611 (oito mil e seiscentos e onze) e julgados 9.859 (nove mil e oitocentos e cinquenta e nove reais), entre originárias, recursos, agravos de instrumento e petições diversas.

Destaque-se que a implementação em toda jurisdição deste Regional do Processo Eletrônico, tanto na 2ª instância como na 1ª, de João Pessoa a Cajazeiras possibilitou maior agilidade na tramitação processual, bem como mais efetividade no julgamento das ações. Convém ressaltar, por oportuno, que os resultados satisfatórios auferidos, consoante os quantitativos sobreditos, foram fruto da priorização da continuidade do processo de informatização da Justiça do Trabalho que, como já dito anteriormente, com a implantação das Varas Eletrônicas e de inúmeros

programas a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), favoreceu substancial melhoria na dinâmica dos trabalhos jurisdicionais, em especial a celeridade e o controle dos atos e prazos processuais, repercutindo na elevação da qualidade e eficiência da atividade institucional.

Serão apresentados, também, o desempenho financeiro e orçamentário do tribunal, enfocando os diversos programas de governo, acompanhado de tabelas, valores e gráficos.

Também demonstrará a atuação da Coordenadoria de Contratos e Licitação, expondo os diversos contratos e convênios celebrados pela UG. Foram instruídos 60 (sessenta) certames licitatórios, correspondendo a um valor total estimado no mercado local para as aquisições de **R$ 4.300.896,90** (quatro milhões, trezentos mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa centavos).

Por fim, será tratado, de foma resumida a atuação da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do TRT13, com enfase no Planejamento Estratégico do Regional, apresentando as principais ações desenvolvidas e implementadas em 2010. Será destacado o trabalho da Comissão de Gestão Ambiental -CPGAM, criada em abril de 2008 por meio do ATO TRT GP nº 99/2008, atendendo à Recomendação nº 11 do Conselho Nacional de Justiça. Esta Comissão vem desempenhando trabalho eficiente no âmbito deste tribunal.

Dos quadros que compõem os quadros do Anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza desta Unidade Judiciária os seguintes itens:

•3.1.Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – A UJ NÃO SE ENQUADRA NESTA SITUAÇÃO PORQUE O VALOR ORÇAMENTÁRIO É IGUAL AO VALOR FINANCEIRO E NÃO HÁ INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA;

•6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – NÃO SE APLICA A UJ;

•6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios – NÃO SE APLICA A UJ;

•6.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes – NÃO SE APLICA A UJ;

•6.4.Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse – NÃO SE APLICA A UJ;

•6.5.Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse14.1.Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – NÃO SE APLICA A UJ;

•14.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida – NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.4. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.5. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.6.Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.7. Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.8.Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.9.Comunicações à RFB - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.10.Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.11. Declaração de Regularidade - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA;

•14.12. Ações da RFB - NÃO SE APLICA A UJ PELO FATO DE NÃO HAVER RENUNCIA TRIBUTARIA.

João Pessoa, 30 de março de 2011.

PAULO AMERICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO

Desembargador Presidente

GLAUCO DA SILVA CAMPOS

Diretor Geral

1.DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA.

1.1.Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO			**Código SIORG**:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
Denominação abreviada: TRT 13ª REGIÃO			
Código SIORG:	**Código LOA: 15114**		**Código SIAFI: 080005**
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DA UNIÃO			
Principal Atividade: JURISDICIONAL			**Código CNAE: 84.2**
Telefones/Fax de contato:	(083) 3533.6018	(083) 3533.6019	(083) 3533-6136
E-mail: gdg@trt13.jus.br			
Página na Internet: http://www.trt13.jus.br			
Endereço Postal: Av. Corálio Soares de Oliveira, s/nº – Centro – João Pessoa/PB – CEP: 58013-260			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – TRT13, foi criado em 18 de junho de 1985 através da Lei Federal nº 7.324, tendo sido desmembrado do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco). O TRT13, com sede na cidade de João Pessoa/PB, quando de sua criação tinha jurisdição nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, até que em 25 de julho de 1991 foi criado o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, através da Lei Federal nº 8.215, com jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Atualmente, o TRT13 possui vinte e sete 27 (vinte e sete) Varas do Trabalho, distribuídas da seguinte forma: 09 (nove) em João Pessoa, 05 (cinco) na cidade de Campina Grande, 02 (duas) na cidade de Santa Rita e 01 (uma) nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Itaporanga, Catolé do Rocha, Patos, Monteiro, Picuí, Areia, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape.

O Regimento Interno deste Regional trata da sua disposição e competência, regulando o processamento dos feitos que lhe são atribuídos pela legislação vigente, bem como enumera e disciplina a formação e funcionamento de seus órgãos e serviços. Por outro lado o Regulamento Geral de Secretaria, fixa a competência das unidades administrativas de sua Secretaria, dispõe sobre as atribuições dos Cargos e Funções Comissionadas, sobre o pessoal efetivo e seu regime jurídico, além de estabelecer

a organização dos demais serviços auxiliares.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

- Regimento Interno – editado pela Resolução Administrativa nº 075/2001 - Ata da Sessão Administrativa nº 09/2001 – e publicado no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 16/05/2001; alterado pelas Emendas Regimentais: Resolução Administrativa TRT – PB nº 222/2004, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 24/02/2005; Resoluções Administrativas TRT – PB nºs 094, 095 e 096/2006, publicadas no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 26/10/2006; Resolução Administrativa TRT – PB nº 082/2007, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 09/11/2007, e republicada por incorreção no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 18/01/2008; e, atualizado pela Resolução Administrativa nº 088/2008, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 17/11/2008.

- Regulamento Geral de Secretaria – editado pela Resolução Administrativa nº 181/2001, publicado no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 02/11/2001; alterado pela Resolução Administrativa TRT-PB nº 051/2005, publicada no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 15/03/2005.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
80005	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
1	TESOURO NACIONAL

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
80005	1

1.2.INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.

1.2.1 - Atividade Judiciária.

Em 2010 o TRT da 13ª Região consolidou o processamento eletrônico em toda sua jurisdição, fato que vem propiciando maior celeridade as demandas, bem como a facilidade no acompanhamento dos processos, tendo alcançado números significativos, a seguir delineados: foram distribuídas na primeira instância 22.122 (vinte e dois mil e cento e vinte e dois) reclamações trabalhistas e julgadas, na fase de conhecimento, 23.506 (vinte e três mil e quinhentos e seis).

Na execução tramitou 23.546 (vinte e três mil e quinhentos e quarenta e seis) processos, na fase de liquidação 168 (cento e sessenta e oito) e com execução suspensa e em arquivo provisório 3.078 (três mil e setenta e oito).

Destaque-se que foram conciliados 8.362 (oito mil e trezentos e sessenta e dois) processos que permitiram uma arrecadação de **R$ 73.774.778,72** (setenta e três milhões setecentos e setenta e quatro mil e setecentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

No âmbito da segunda instância, em 2010, foram distribuídos 9.319 (nove mil trezentos e dezenove) processos, autuados 8.611 (oito mil e seiscentos e onze) e julgados 9.859 (nove mil e oitocentos e cinquenta e nove reais), entre originárias, recursos, agravos de instrumento e petições diversas. Destacando que foram publicados 9.006 (nove mil e seis) Acórdãos.

Outra inovação importante no campo da atividade judiciária deste Regional se deve a criação da Secretaria do Tribunal Pleno e de Coordenação Judiciária, pela Resolução Administrativa nº 68/2010, que passou a coordenar todas as atividades das unidades que compõem a área judiciária. A mudança começou a vigorar a partir de outubro/2010. Foram extintos o Serviço de Recursos e o Serviço de Expedição e Acompanhamento de Precatórios, que passaram suas atribuições para Secretaria Judiciária.

Foram criadas duas Secretarias que servirão para as duas Turmas de Julgamento do Tribunal e que vão absorver parte dos serviços que antes eram da competência dos serviços extintos. Todos os processos vinculados às Turmas passaram a ter tramitação na Secretaria respectiva de cada Turma, inclusive o que se refere aos serviços cartorários, pauta, decisões, publicações e diligências.

A mencionada resolução, que foi aprovada pelo Tribunal Pleno, também modificou o Serviço de Cadastramento, que passou a ser denominado serviço de Cadastramento e Distribuição Processual. Antes da modificação os processos era, cadastrados, encaminhados para Secretaria do Pleno e depois distribuídos para os gabinetes dos desembargadores. Agora os processos, após serem cadastrados, são distribuídos diretamente para os gabinetes.

1.2.1.1.Da movimentação Processual nas Varas:

De maneira sucinta, na primeira instância foram distribuídas 22.122 (vinte e dois mil e cento e vinte e dois) reclamações trabalhistas e julgadas, na fase de conhecimento, 23.506 (vinte e três mil e quinhentos e seis).

Tramitou na fase de execução 23.546 (vinte e três mil e quinhentos e quarenta e seis) processos, liquidados 168 (cento e sessenta e oito) e com execução suspensa e em arquivo provisório 3.078 (três mil e setenta e oito). Destaque-se que foram conciliados 8.362 (oito mil e trezentos e sessenta e dois) processos que permitiram uma arrecadação de **R$ 73.774.778,72** (setenta e três milhões setecentos e setenta e quatro mil e setecentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos.

1.2.1.2.Da arrecadação das Varas e do Tribunal.

Com relação ao montante arrecadado pelas Varas do Trabalho do regional, da consulta realizada no consolidado do ano, extrai-se a seguinte arrecadação:

- CUSTAS PROCESSUAIS: R$ 1.608.965,46 (um milhão e seiscentos e oito mil e novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos);
- EMOLUMENTOS: R$ 41.975,48 (quarenta e um mil novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos);
- CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS: R$ 14.516.515,82 (catorze milhões, quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e quinze reais e oitenta e dois centavos) e
- IMPOSTO DE RENDA: R$ 8.454.243,10 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e dez centavos).

1.2.1.3.Das correições efetuadas

Todas as unidades judiciárias de 1ª instância foram correicionadas no ano de 2010, sendo submetidos ao crivo do Corregedor um total de 5.796 (cinco mil setecentos e noventa e seis) processos, dos quais 137 (cento e trinta e sete) receberam despachos correicionais, conforme demonstrado na tabela abaixo:

DATA	VARA	Nº DE PROCESSOS CORREICIONADOS	Nº DE DESPACHOS CORREICIONAIS
16.03.2010	1ª VT DE JOÃO PESSOA	252	-
24.08.2010	2ª VT DE JOÃO PESSOA	303	2
13.10.2010	3ª VT DE JOÃO PESSOA	212	-
02.08.2010	4ª VT DE JOÃO PESSOA	260	19
05.10.2010	5ª VT DE JOÃO PESSOA	206	1
26.10.2010	6ª VT DE JOÃO PESSOA	202	-
23.11.2010	7ª VT DE JOÃO PESSOA	235	-
14.09.2010	8ª VT DE JOÃO PESSOA	177	2
08.11.2010	9ª VT DE JOÃO PESSOA	193	3
26.07.2010	1ª VT DE CAMPINA GRANDE	275	-
06.07.2010	2ª VT DE CAMPINA GRANDE	205	4
28.07.2010	3ª VT DE CAMPINA GRANDE	369	2
20.09.2010	4ª VT DE CAMPINA GRANDE	204	-
22.09.2010	5ª VT DE CAMPINA GRANDE	207	-
23.02.2010	1ª VT DE SANTA RITA	252	-
20.10.2010	2ª VT DE SANTA RITA	138	-
09.03.2010	VT DE AREIA	220	-
06.04.2010	VT DE CAJAZEIRAS	139	6
04.05.2010	VT DE CATOLÉ	177	-
16.11.2010	VT DE GUARABIRA	247	-
23.03.2010	VT DE ITABAIANA	225	4
25.05.2010	VT DE ITAPORANGA	184	7
31.08.2010	VT MAMANGUAPE	111	-
11.05.2010	VT MONTEIRO	139	1
13.07.2010	VT PATOS	243	2
1º.06.2010	VT PICUÍ	142	-
09/04/10	VT SOUSA	196	1
09/07/10	VT GUARABIRA/EXT.	83	83

No intuito de conhecer melhor a realidade das unidades judiciárias, principalmente no que diz respeito às varas de trabalho do interior, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor instituiu como praxe a realização de reuniões com os servidores dessas unidades. Na oportunidade, foram discutidos, por magistrados, servidores, advogados e interessados em geral, assuntos administrativos, ouvidas reclamações e sugestões, bem como esclarecidas as dúvidas levantadas.

Objetivando melhor atender a comunidade das Varas do interior, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor incorporou a equipe correicional um integrante da Secretária de

Tecnologia da Informação com a finalidade precípua de disseminar as novidades da área de informática, bem como orientar servidores e advogados daquelas localidades resolvendo, assim, problemas pontuais.

A alteração no Sistema Unificado de Acompanhamento de Processos – SUAP, para a realização de procedimentos eletrônicos nos trabalhos das correições, representou significativo avanço no processo correicional, haja vista que após a implantação do Processo Eletrônico em todas as unidades jurisdicionadas deste Regional, se fez necessário dotar a equipe da Corregedoria de um sistema que realizasse o sorteio dos processos vistos por amostragem, uma vez que o processo eletrônico não dispõe de caderno processual, diferentemente dos processos com autos físicos. Ressaltando que o módulo idealizado permite a substituição de todas as assinaturas apostas pelo corregedor, por uma única assinatura eletrônica, o que otimiza sobremaneira os trabalhos correicionais.

1.2.1.4.Do Processo Eletrônico.

Avançando na implantação do Processo Eletrônico do TRT da 13ª Região, desde junho de 2009 todas as Varas do Trabalho da Paraíba, a Distribuição dos Processos e a Central de Mandados já não recebem petição ou qualquer outra peça processual em papel, nem mesmo para as ações que já estão em andamento.

O processo eletrônico no TRT 13 teve inicio na gestão da Desembargadora Ana Maria Madruga, com a implantação do SUAP – Sistema Único de Acompanhamento Processual, se consolidando nas gestões seguintes e atingindo a totalidade do tribunal na gestão do Excelentíssimo Desembargador Edvaldo de Andrade, em 2010.

Para iniciar um processo eletrônico ou apresentar qualquer peça nas ações trabalhistas que já tramitam, os advogados devem acessar o Portal de Serviço no site do TRT (www.trt13.jus.br). Um ícone leva a um tutorial, texto que ensina passo a passo, didaticamente, como funciona e quais serviços o Portal apresenta. Oferece, por exemplo, Download do PDF Creator que permite a conversão de arquivos para o formato PDF, já que todas as peças só podem ser incluídos nos processos se tiver esse formato.

O processo eletrônico tem apresentado inúmeras vantagens, como por exemplo, maior agilidade na tramitação dos processos, rapidez no envio do recurso processual da Vara do Trabalho para o Tribunal Regional do Trabalho, extensão do prazo que não se encerra às 17h, se estendendo até às 23h59 do dia, agregando comodidade e aumento de prazo, facilidade para a consulta processual, de um computador ligado à internet, em qualquer local, o advogado ou a parte poderá ter acesso a todo o processo, acompanhamento sistemático de toda movimentação do processo, já que o advogado receberá um e-mail informando o tipo de tramitação, em caso do site do TRT ficar temporariamente fora do ar o advogado não perderá o prazo, ganho de espaço físico nas Varas e no Tribunal, já que o arquivo passa a ser eletrônico, economia com cópias de peças processuais, contribuição para melhoria do meio ambiente em face da economia de papel e a consequente redução do corte de árvores, diminuição de emissão de agentes químicos usados na fabricação do papel, economia de energia elétrica etc.

1.2.1.5. Da Efetividade dos Processos

Um dos principais desafios no exercício de 2010, deste Regional, foi a busca incessante pela efetividade processual. Neste norte, buscou-se a consecução de novos mecanismos, mediante revisão e renovação de procedimentos, aliado a inovações tecnológicas, para imprimir uma maior celeridade nos trâmites processuais, bem como diminuir o congestionamento dos

processos de execução, especialmente aqueles em arquivo provisório.

Dentre os vários procedimentos adotados pode ser destacado a primeira Uniformização de Jurisprudência do TRT13, quando em março de 2010 o Pleno do Tribunal julgou os dois primeiros Incidentes de Uniformização de Jurisprudência – IUJ, desde o inicio de funcionamento das Turmas de Julgamento. No julgamento do processo nº 00388.00.03.2009.5.13.0000, o tribunal decidiu, por maioria, aprovar a Súmula nº 07. Já no julgamento do IUJ de nº 00292.00.55.2009.5.13.0000, não resultou em edição de Súmula, uma vez que não foi alcançada a maioria necessária para tal, que é de cinco votos a favor.

Em 2010 o TRT da Paraíba editou seis Súmulas em sessão de julgamento, apreciando incidentes de uniformização de jurisprudência e propostas da Comissão de Jurisprudência deste Regional, em razão de decisões das 1ª e 2ª Turmas. A sessão foi realizada no mês de junho de 2010. As Sumulas aprovadas, que uniformizam várias decisões dos desembargadores do Tribunal relativas a um mesmo assunto, versam, entre outros temas, sobre pensão e acidente de trabalho.

Em 2010 o TRT da 13ª Região foi visitado pelo Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula, que procedeu a correição ordinária no período de 08 a 11 de fevereiro de 2010, ressaltando o seguinte: *"...A minha visão global é de um tribunal que tem celeridade no julgamento dos processos e, pioneiramente, implantou o processo eletrônico..."*.

A ata da correição realizada registrou que o TRT13 recebeu em 2009, 7.611 novos processos e terminou o ano sem nenhum processo aguardando autuação nem distribuição. O tempo entre autuação e julgamento foi de aproximadamente 62 dias. Ressaltou, ainda, o trabalho desenvolvido pela área de informática, a criação da Assessoria de Gestão Estratégica, o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria, sempre à disposição dos jurisdicionados e da sociedade, inclusive servidores e magistrados da Justiça do Trabalho.

Foram normatizados os procedimentos para o envio ao arquivo provisório, com a suspensão dos atos processuais por um ano, somente após esgotadas as diligências, com a utilização dos convênios BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, por mais de uma vez, para obtenção de informações quanto ao patrimônio do executado.

Visando alcançar a efetivação da prestação jurisdicional o TRT da 13ª Região firmou, em novembro/2010, um acordo de cooperação técnica com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - IEPTB, regional da Paraíba, que vai permitir o protesto, em cartório, de créditos trabalhistas resultantes de decisão judicial. O acordo foi assinado pelo Desembargador Presidente à época, Edvaldo de Andrade e pelo presidente do IEPTB-PB, Germano Toscano de Brito.

1.2.1.6 Projeto Conciliar

Criado pelo ATO TRT/13ª GP Nº 021/2005, é o principal exemplo da posição de vanguarda deste Regional, no que diz respeito à efetividade do processo e na entrega da prestação jurisdicional, tendo por escopo viabilizar a negociação entre empregados e empregadores, incluindo em pauta processos em que as partes demonstrem interesse em por fim ao litígio mediante acordo judicial.

Tem como objetivo incentivar a solução de conflitos por meio do diálogo e garantir a celeridade e efetividade da Justiça do Trabalho, "bandeiras" que marcaram a Administração do Eminente Desembargador Edvaldo de Andrade nos dois anos de sua gestão a frente deste Regional. Em todas as Varas do Estado, na Central de Mandados e na segunda instância, foi determinado que ficassem de portas abertas continuamente para possibilitar o acordo, a conciliação.

Associado ao Projeto Conciliar do TRT13, também foi encampado o Projeto CONCILIAR É LEGAL do Conselho Nacional de Justiça. Na Paraíba, segundo dados da Corregedoria do tribunal, os valores arrecadados somaram a importância de **R$ 66.155.566,29** (sessenta e seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos), segundo quadro abaixo:

Processos em Rito Sumaríssimo – até 40 salários mínimos		Processos Comuns	
Número de processos	Valor	Número de processos	Valor
4752	**R$ 9.785.606,22**	**2784**	**R$ 56.369.960,07**

Os números mostram o empenho dos magistrados e servidores na busca pela conciliação dos conflitos. No mês de dezembro de 2010, a título de exemplo, quando TRT13 participou do Projeto "Conciliar é Legal", foram realizadas cerca de 1.820 audiências conciliatórias, resultando uma arrecadação de **R$ 4.286.815,78** (quatro milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e quinze reais e setenta e oito reais) nos três dias da ação.

As audiências foram exclusivamente para a realização de acordos trabalhistas e o maior valor obtido foi resultado das conciliações realizadas na Vara do Trabalho de Guarabira, com **R$ 769.249,93** (setecentos e sessenta e nove mil e duzentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos) e o segundo maior valor foi acordado na Vara do Trabalho de Patos, **R$ 727.632,25** (setecentos e vinte e sete mil e seiscentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos). Na Vara de Patos foi conciliado mais de 70% (setenta por cento) dos processos colocados na pauta, fazendo o maior número de acordos entre as demais, alcançando a soma de 210 (duzentos e dez) processos.

O biênio 2009/2010, no que se refere ao Projeto Conciliar, foi marcado pela conciliação de dois processos históricos neste regional, um que tramitou na 03ª Vara do Trabalho de João Pessoa, Processo nº 1081.1991.003.13.00.0, envolvendo o Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários da Paraíba, representando 114 empregados, e a Administração do Porto de Cabedelo/PB, cuja conciliação, homologada pelo Juiz Alexandre Roque Pinto, atingiu o valor de **R$ 33.022.246,31** (trinta e três milhões, vinte e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos). O outro foi realizado na 02ª Vara do Trabalho de João Pessoa, processo que se arrastava há 25 anos, envolvendo os Engenheiros funcionários do Governo da Paraíba e o próprio Governo Estadual, para implantação do piso salarial da categoria. O acordo celebrado pelo Juiz Paulo Henrique Tavares, titular da vara que conseguiu fazer com que o Governo da Paraíba implantasse o piso de **8,5 (oito e meio) salários** para categoria, além de outras cláusulas complementares referentes as multas que vêm incidindo sobre a execução.

1.2.1.7 - Projeto Arrematar

O projeto arrematar que tem como objeto vender, em leilão, bens móveis e imóveis penhorados para o pagamento de dívidas trabalhistas. A Juíza Supervisora da Central de Mandados do Fórum Maximiano Figueiredo, em João Pessoa, Dra. Tais Priscilla, ressaltou que o *"objetivo da Justiça não é vender o bem, mas fazer com que a dívida seja paga"* por isso é normal que ocorra diversos acordos minutos antes da realização do leilão, e a retirada do bem da hasta pública, que não deixa de ser bastante satisfatório.

No Projeto Arrematar, de casa mesmo qualquer cidadão pode participar dos leilões basta que se cadastrem anteriormente no Portal do Tribunal, www.trt13.jus.br. No ano de 2010 foram ofertadas várias propostas, com base nos bens apresentados, inclusive com acesso a fotos disponibilizadas na rede mundial de computadores (internet).

No ano de 2010 foram realizados 03 (três) leilões dentro do Projeto Arrematar, nos meses de março, agosto e dezembro, totalizando uma arrecadação de R$ 11.048.048,56 (onze milhões, quarenta e oito mil, quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

O quadro mostra os valores arrecadados nos meses respectivos:

MÊS/2010	**VALOR ARRECADADO**
março	R$ 1.200.101,90

agosto	R$ 4.712.970,90
dezembro	R$ 5.558.048,56
TOTAL	**R$ 11.471.120,00**

Deve ser destacado que na última edição do ano de 2010 o TRT da 13ª Região, através do Projeto Arrematar, realizou, simultaneamente, grandes leilões em todo o Estado da Paraíba, nos dias 01, 02 e 03 de dezembro. Participaram as Varas do Trabalho de João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Guarabira, Itabaiana, Areia, Monteiro, Picuí, Patos, Sousa, Catolé do Rocha e Cajazeiras. Foram colocados em pauta 278 processos, dos quais 213 foram a leilão, 60 foram pagos ou conciliados, 10 retirados por despacho ou liminar, 124 tiveram seus bens arrematados e 83 não obtiveram arrematação. O índice de arrematação alcançado foi de 58,22% e dos processos solucionados 62,23%, proporcionando uma arrecadação total de **R$ 5.558.048,56**.

A Juíza Tais Priscilla, responsável pelo Projeto Arrematar em 2010, destacou a boa prática do projeto, proporcionando maior celeridade as ações e, o que é mais importante, maior efetividade do processo de execução. Destacou, ainda, sensível diminuição do prazo do processo na fase de execução e apontou três sucessos obtidos pela prática, a saber: 1) otimização de procedimentos com expressiva diminuição no tempo dos processos executivos; 2) otimização do processo de expropriação com a realização da justiça e efetividade da tutela jurisdicional e 3) diminuição sensível do trabalho nas Varas.

1.2.2. Da Coordenadoria de Contratos e Licitações.

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2010, foram firmados por este Regional diversos Ajustes, sendo 36 (trinta e seis) contratos, 17 (dezessete) convênios além de Acordos de Cooperação Técnica, a seguir relacionados:

1.2.2.1. Contratos

Nº	CONTRATADA	OBJETO
01/2010	Prener – Comércio de Materiais Elétricos Ltda.	Substituição dos quadros de distribuição elétrica do edifício sede
02/2010	Aginet – Comércio e Serviços de Informática Ltda.	Aquisição de drive de fita.
03/2010	Sitecnet Informática Ltda.	Implantação, operação, manutenção e gerência da rede de comunicação multimídia.
04/2010	Paulo Ronaldo Tolentino – ME	Fornecimento de botijões de gás GLP
05/2010	F & A Gráfica e Editora Ltda.	Confecção de fotolitos
06/2010	Viva Filmes e Cinematografia Ltda.	Serviços para produção e edição de reportagens, vídeos, documentários e de cobertura jornalística de eventos, solenidades, atividades e seminários deste TRT.
07/2010	Maria do Socorro Rodrigues Teixeira	Serviços de lavagem de peças de tecidos – Campina Grande/PB
08/2010	Lavanderia e Tinturaria Via Sul	Serviços de lavagem de peças de tecidos – João Pessoa/PB
09/2010	Urbieta Comércio Representações e Serviços Ltda.	Manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador e parte da subestação abrigada do edifício sede
10/2010	Empresa de Mineração Sublime Ltda.	Fornecimento de água mineral para as cidades de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande

11/2010	Maq-Larem Máquinas, Móveis e Equipamentos Ltda.	Locação de máquinas copiadoras, com manutenção corretiva e preventiva
12/2010	C. Veloso – Dental Real	Manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças dos gabinetes odontológicos
13/2010	Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda.	Fornecimento de cartões magnéticos de créditos, pós-pago, para aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento da frota de veículos.
14/2010	Tress – Terceirização de mão-de-obra Ltda. - EPP	Serviços de limpeza, conservação, copa, jardinagem, carrego e descarrego, lavagem de automóveis, serviços de eletricidade e de manutenção predial.
15/2010	Solivetti Comércio e Serviços Ltda. - EPP	Serviços de manutenção corretiva nos aparelhos de fax.
16/2010	Elevadores Super Ltda.	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, som substituição de peças em 04 (quatro) elevadores instalados no edifício sede.
17/2010	Itautec S/A. - Grupo Itautec	Aquisição de licenças (software)
18/2010	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Serviços de obras de infra-estrutura para instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo split system no Fórum Trabalhista de Campina Grande.
19/2010	Kenta Informática Ltda.	Aquisição e manutenção de software para transmissão das sessões de julgamento da segunda turma
20/2010	HP Brasil Ltda.	Aquisição de software
21/2010	Elenet Serviços Técnicos Ltda.	Serviços de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador do edifício sede.
22/2010	Zoih Engenharia Ltda.	Construção de galpão no terreno do Fórum Trabalhista da cidade de Santa Rita.
23/2010	Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda.	Aquisição de 160 (cento e sessenta) horas de serviços de suporte técnico (STI)
24/2010	Microsens Ltda.	Aquisição de impressoras multifuncionais a laser.
25/2010	Itautec S/A. - Grupo Itautec	Aquisição de microomputadores
26/2010	Growth Engenharia Ltda.	Serviços de engenharia para manutenção nos prédios do Fórum Trabalhista de Campina Grande.
27/2010	Vivo S/A.	Serviços de telefonia móvel
28/2010	F. Genes – Ambiental Controle de Pragas Ltda. - ME	Serviços de desinsetização e imunização das edificações deste TRT.
29/2010	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Serviços de infra-estrutura para instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo split system na Vara do Trabalho de Patos.
30/2010	Diaspar Serviços de Informações Ltda.	Consultoria técnica em tecnologia “plone/zope/pyton” (STI)
31/2010	Growth Engenharia Ltda.	Serviços de engenharia para reforma no primeiro pavimento do edifício sede e no prédio do almoxarifado.
32/2010	Kenta Informática Ltda.	Serviços de suporte, manutenção e atualização do software de transmissão das sessões plenárias.
33/2010	Nórdica Distribuidora de Software Ltda.	Aquisição de uso de software (licenças) “Business Intelligence (BI).
	Brasilveículos Companhia de Seguros	Seguro da frota de veículos.
	MBM Seguradora S/A.	Seguro de vida para estagiários.
	Ace Seguradora S/A.	Seguro dos imóveis.

1.2.2.2 Convênios

Nº	CONVENIADO	OBJETO
01/2010	Banco Santander (Brasil) Ltda.	Concessão de empréstimo consignado
02/2010	FAC - CG	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
03/2010	CENESUP (Faculdade Maurício de Nassau)	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
04/2010	ASSUPERO (FAP)	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
05/2010	FIP (Faculdades Integradas de Patos)	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
06/2010	ASPER	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
07/2010	IPÊ	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
08/2010	UFPB	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
09/2010	UEPB	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
10/2010	FESP – Sociedade Educacional da Paraíba	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
11/2010	UNICRED João Pessoa	Concessão de empréstimo consignado e integralização de cotas de capitais
12/2010	Fundação Habitacional do Exército – FHE	Empréstimo consignado
13/2010	Associação de Poupança e Empréstimos – POUPEX	Concessão de crédito imobiliário
14/2010	UFCG	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
15/2010	SESP	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
16/2010	CESED	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
17/2010	Justiça Federal – Seção Judiciária da Paraíba	Realização de perícias médicas

1.2.2.3. Acordos de Cooperação Técnica

INSTITUIÇÃO	OBJETO
Banco do Brasil S/A.	Abertura de contas específicas para abrigar os recursos oriundo das retenções contratuais, conforme IN 02/2008 e suas alterações e a Resolução nº 98 do CNJ
Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – Seção Paraíba – IEPTB/PB	Definição de procedimentos para protesto de títulos executivo judicial consubstanciado em certidões de crédito judicial emitidas pelas Varas do Trabalho

CNJ, TSE, TST e SRFB	Adesão ao Protocolo de Cooperação Técnica celebrado entre CNJ, TSE, TST e a SRFB, para o intercâmbio de informações de interesse recíproco

Ainda durante o exercício de 2010, tendo em vista a realização de diversos Certames Licitatórios com vistas ao Registro de Preços, foram formalizadas através desta Coordenadoria de Contratos 19 (dezenove) Atas de Registro de Preços com os mais diversos objetos, conforme tabela abaixo:

1.2.2.4. Atas de Registros de Preços

Nº	EMPRESA	MATERIAL REGISTRADO
01/2010	União Comércio e Serviços Ltda	Equipamentos (teclados ergonômicos)
02/2010	Multiquil – Produtos p/Lavanderia e Limpeza Profissional Ltda.	Material de consumo (limpeza e expediente)
03/2010	Distribuidora Globo Ltda.	Material de consumo (limpeza)
04/2010	Algus – Indústria, Comércio e Distribuição Ltda.	Material de consumo (limpeza)
05/2010	Norlux Ltda. - ME	Material de consumo (limpeza)
06/2010	Sandá Produtos de Limpeza Ltda.	Material de consumo (limpeza)
07/2010	Francisco Barboza Rocha Júnior Ltda.	Material de consumo (limpeza)
08/2010	Microsens Ltda.	Material de consumo (informática)
09/2010	Distrisupri – Distribuidora e Comércio Ltda. - EPP	Material de consumo (informática)
10/2010	Etina Comércio de Informática e Reciclagem de Cartuchos Ltda. - ME	Material de consumo (informática)
11/2010	Import Authority Ltda.	Material de consumo (informática)
12/2010	Lecita Ltda.	Material de consumo (informática)
13/2010	Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda.	Material de consumo (informática)
14/2010	Empresa Brasileira de Informática Ltda. - ME	Material de consumo (informática)
15/2010	Golden Distribuidora Ltda.	Material de consumo (informática)
16/2010	Allex Distribuidora Ltda.	Material de consumo (informática)
17/2010	Inteligência Comércio Atacadista e Serviços Ltda. - ME	Equipamentos (aparelhos de ar condicionado do tipo split system)
18/2010	PHD Engenharia Térmica Ltda.	Equipamentos (aparelhos de ar condicionado do tipo split system)
19/2010	Ruzinaldo Barros Moura – ME	Equipamentos (aparelhos de ar condicionado do tipo split system)

Esta Coordenadoria de Contratos ainda tem sob sua alçada o controle e acompanhamento de assinaturas de jornais, diários, revistas e períodos para este Regional, onde mantém contato com as Editoras buscando resolver problemas, e iniciando os processos de renovação, bem como cientificando os setores interessados de todas as ocorrências surgidas durante a execução dos serviços de distribuição das publicações.

Apresentamos, a seguir relação das assinaturas adquiridas por este Regional:

1.2.2.5. Revistas e Periódicos

EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	QUANT.	DESTINATÁRIO
NDJ	Boletim de Licitações e Contratos	1	SCI
	Boletim de Direito Administrativo	1	
Editora LTR	Revista LTR	11	08 Gabinetes de Magistrados, SDA, SCR e AJP
Editora LTR	Suplemento Trabalhista da LTR	1	SCR
Editora LTR	Revista Trabalhista "Direito e Processo"	67	Todos Magistrados
Zênite Informação e Consultoria Ltda.	Informativo de Licitações e Contratos	1	CPL
BP S.A.	Revista Techne	1	CEMA
BP S.A.	Revista Construção Mercado	1	CEMA
Vox Legis instituto de Consultoria	Assinatura do informativo Manual do Servidor Público	1	SEGEPE
Mérito Representações Ltda.	Direito do Trabalho e Justiça do Trabalho	2	Biblioteca
Edições Ciência Jurídica Ltda.	Ciência Jurídica do Trabalho	1	SDA

1.2.2.6. Jornais e Periódicos

EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	QUANTID.	DESTINATÁRIO
Adelina Pessoa da Silva	Jornal da Paraíba	1	CPL

Adelina Pessoa da Silva	Jornal da Paraíba	1	ACS
Adelina Pessoa da Silva	Jornal O Norte	1	ACS
Correio da Paraíba Ltda.	Jornal Correio da Paraíba	4	GP, SAdm, ACS e GDG

Também é de competência desta Coordenadoria de Contratos, através do Setor de Cadastro de Fornecedores, a inclusão dos fornecedores deste Tribunal para efeito de habilitação das licitações, bem como consultas ao Cadastro de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN e as Certidões de regularidade fiscal de empresas.

A Coordenadoria de Contratos compete, ainda, a atualização mensal da página deste Regional, na *internet*, no que se refere ao módulo de contratos no *link* **Contas Públicas**, onde são cadastrados todas os contratos e aditivos celebrados pelo TRT da 13ª Região, com vistas a uma maior publicidade de suas contratações.

No exercício de 2010 foram celebrados por este Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região 36 (trinta e seis) contratos administrativos, referentes à aquisição de bens e serviços, em estrita consonância com os preceitos estabelecidos na Lei 8.666/93, em decorrência de procedimentos licitatórios próprios ou cujas licitações foram declaradas dispensadas ou inviáveis de realização por impossibilidade de competição, bem como a adesão a Atas de Registro de Preços de outras Instituições.

Dos contratos celebrados 03 (três) se referem à prestação de serviços de seguro dos veículos da frota oficial, seguro dos imóveis e dos estagiários que atuam em diversas Varas do Trabalho deste TRT, estes firmados com a emissão de apólices, por ser avença regida por normas eminentemente de direito privado.

Ressalte-se que dos ajustes firmados no exercício de 2010, o Contrato TRT nº 14/2010, firmado com a empresa TRESS – Terceirização de mão-de-obra Ltda. - EPP, cujo objeto é a prestação dos serviços de limpeza, conservação, copa, jardinagem, carrego e descarrego, lavagem de automóveis, serviços de eletricidade e de manutenção predial, foi de extrema importância, eis que tais serviços são imprescindíveis para o bom funcionamento de todo Regional, tanto para os magistrados e servidores, como também para todo o público que busca nesta Justiça Laboral a efetivação de seus direitos trabalhistas, pois tais serviços contribuem sobremaneira para limpeza e conservação dos ambientes de trabalho.

Foram firmados, ainda, 17 (dezessete) convênios de mútua cooperação, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços desenvolvidos neste Regional, a realização de estágios remunerados a estudantes de nível superior, programas de capacitação e ainda a concessão de empréstimos com as prestações consignadas em folha de pagamento.

Outrossim, Acordos de Cooperação Técnica firmados por este Regional, têm como objetivo principal compartilhar soluções com vistas a uma melhor e maior prestação dos serviços à sociedade, tanto no âmbito administrativo como na esfera jurisdicional.

Nesta análise não podemos incluir indicadores e parâmetros de comparabilidade, eis que esta Coordenadoria de Contratos e Licitações compete a elaboração dos instrumentos contratuais derivados de procedimentos administrativos, estabelecendo direitos, obrigações e responsabilidades definidas nos atos convocatórios, que selecionaram aqueles que realizaram os desígnios da Administração, quer seja no fornecimento de bens ou na prestação de serviços.

No que se refere, portanto, a Coordenação de Licitação e Contratos, concluímos que

na elaboração e celebração de contratos e convênios, atividades inerentes a esta Unidade, as ações administrativas autorizadas para a aquisição de bens e prestação de serviços foram realizadas dentro das expectativas da Administração, obedecendo todos os preceitos legais, bem como em atendimento às normas internas do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, não se verificando qualquer ocorrência que pudesse promover o insucesso das atividades realizadas no exercício de 2010, nem que impedisse a consecução dos objetivos delineados pelos Gestores para esta Coordenadoria de Licitações e Contratos.

1.2.2.7. Comissão Permanente de Licitação

■Licitações Realizadas

a).Modalidade de tomada de preços

- TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2010 – PROCESSO TRT Nº 1.615/2010 – Data de Abertura: 29/06/2010 – Aquisição de material de consumo (medicamentos) destinado a atender as necessidades deste Regional – Certame Deserto.
- TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2010 – PROCESSO TRT Nº 5.564/2010 – Data de Abertura: 10/06/2010 – Contratação de empresa especializada na execução de obras de infra-estrutura e instalação de equipamentos de ar condicionado, do tipo split system, no Fórum Irenêo Joffily Filho – Valor licitado: **R$ 74.700,00** (setenta e quatro mil e setecentos reais).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2010 – PROCESSO TRT Nº 8.761/2010 – Data de Abertura: 29/06/2010 – Aquisição de material de consumo (expediente/gráfica), destinados à complementar o estoque atual no almoxarifado deste Regional. – Valor licitado: **R$ 41.542,20** (quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2010 – PROCESSO TRT Nº 9.129/2010 – Data de Abertura: 17/08/2010 – Aquisição de material permanente (livros) para este Regional – Valor licitado: **R$ 7.141,71** (sete mil, cento e quarenta e um reais e setenta e um centavos).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2010 – PROCESSO TRT Nº 10.892/2010 – Data de Abertura: 20/08/2010 – contratação de empresa para prestação de serviços especializados na manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de peças, do Grupo Gerador cabinado de 110 KVA do edifício-sede deste Regional – Valor licitado: **R$ 4.188,00** (quatro mil, cento e oitenta e oito reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses.
- TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2010 – PROCESSO TRT Nº 10.923/2010 – Data de Abertura: 26/08/2010 – Contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia – construção de galpão no terreno do Fórum de Santa Rita, localizado na Rua Virgínio Veloso Borges, Alto da Cosibra, Santa Rita – PB – Valor licitado: **R$ 373.000,00** (trezentos e setenta e três mil reais).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2010 – PROCESSO TRT Nº 10.406/2010 – Data de Abertura: 30/09/2010 – Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção nos prédios do Fórum Irenêo Joffily Filho – Valor licitado: **R$ 19.267,51** (dezenove mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2010 – PROCESSO TRT Nº 11.469/2010 – Data de Abertura: 18/10/2010 – Aquisição de material de consumo (material odontológico), objetivando suprir as necessidades dos consultórios da Sede deste Regional, do Fórum Maximiano Figueiredo e do Setor de Clínica Odontológica de Campina Grande/PB – Valor licitado: **R$ 31.427,36** (trinta e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos).

- TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2010 – PROCESSO TRT Nº 18.149/2010 – Data de Abertura: 08/11/2010 – Contratação de empresa especializada na execução de serviços de infraestrutura para instalação de equipamentos de ar condicionado, do tipo split system, na Vara do Trabalho de Patos/PB, deste Tribunal – Valor licitado: **R$ 21.371,84** (vinte e um mil, trezentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2010 – PROCESSO TRT Nº 19.170/2010 – Data de Abertura: 10/11/2010 – Aquisição de material de consumo (elétrico e eletrônico), objetivando atender às necessidades deste Regional – Valor licitado: **R$ 4.437,50** (quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2010 – PROCESSO TRT Nº 15.571/2010 – Data de Abertura: 03/12/2010 – contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia – reforma no primeiro pavimento do Edifício Sede deste TRT e no prédio do almoxarifado – Valor licitado:**R$ 305.295,01** (trezentos e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e um centavo).

b) Modalidade pregão – tipo presencial

- PREGÃO N.º 01/2010 – PROCESSO TRT N.º 14.825/2009 – Data de abertura: 03/02/2010 – Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral acondicionada em garrafões de 20 (vinte) litros para este Tribunal – Valor Licitado: **R$ 13.764,00** (treze mil, setecentos e sessenta e quatro reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses.
- PREGÃO N.º 02/2010 – PROCESSO TRT N.º 14.103/2009 – Data de abertura: 12/03/2010 – contratação dos serviços de locação de máquinas copiadoras, visando atender às necessidades deste Tribunal – Valor Licitado: **R$ 27.480,00** (vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses.
- PREGÃO N.º 03/2010 – PROCESSO TRT N.º 553/2010 – Data de abertura: 05/04/2010 – Contratação de empresa habilitada na execução de serviços de assistência técnica consistente, especializada em manutenção preventiva e corretiva, com reposição/substituição de peças genuínas, dos equipamentos odontológicos deste Tribunal, marca Dabi Atlante, localizados nos 03(três) gabinetes odontológicos da Sede (João Pessoa/PB), 01(um) gabinete odontológico do Fórum Maximiano Figueiredo (João Pessoa/PB) e 01(um) gabinete odontológico do Fórum Irineo Jófilly (Campina Grande/PB) - Valor Licitado: **R$ 16.200,00** (dezesseis mil e duzentos reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses.
- PREGÃO N.º 04/2010 – PROCESSO TRT N.º 554/2010 – Data de abertura: 14/04/2010 – Contratação de empresa para o serviço de fornecimento de cartões magnéticos, com o objetivo de aquisição de combustíveis automotivos – gasolina comum (na falta desta que seja fornecida a gasolina aditivada ao preço da gasolina comum) e óleo diesel - para abastecimento da frota de veículos oficiais deste Tribunal, nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa, Catolé do Rocha e Monteiro no Estado da Paraíba, e ainda Recife/PE e Natal/RN – Valor Licitado: taxa de Administração de -1,35% (um vírgula trinta e cinco por cento negativo)
- PREGÃO N.º 05/2010 – PROCESSO TRT N.º 4.216/2010 – Data de abertura: 03/09/2010 – Contratação de empresa para a prestação dos serviços de telefonia móvel celular pessoal para este Tribunal – Certame Deserto.
- PREGÃO N.º 06/2010 – PROCESSO TRT N.º 2.987/2010 – Data de abertura: 08/06/2010 – Contratação de empresa habilitada na execução de serviços de assistência técnica especializada em manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e reposição de quaisquer componentes/peças novos e originais, dos 04 (quatro elevadores) instalados no

edifício sede deste Regional – Valor Licitado: **R$ 13.320,00** (treze mil, trezentos e vinte reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses.

- PREGÃO N.º 07/2010 – PROCESSO TRT N.º 3.151/2010 – Data de abertura: 02/06/2010 – Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em manutenção corretiva de aparelhos de fax pertencentes aos diversos setores que compõem este Regional – Valor Licitado: **R$ 6.696,00** (seis mil, seiscentos e noventa e seis reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses.
- PREGÃO N.º 08/2010 – PROCESSO TRT N.º 2.221/2010 – Data de abertura: 02/06/2010 – Aquisição de material de consumo (marcenaria) para este Tribunal – Valor Licitado: **R$ 17.528,20** (dezessete mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte centavos).
- - PREGÃO N.º 09/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.002/2010 – Data de abertura: 08/06/2010 – Aquisição de material de consumo (elétrico e eletrônico) para este Tribunal – Valor Licitado: **R$ 3.365,92** (três mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).
- PREGÃO N.º 10/2010 – PROCESSO TRT N.º 5.046/2010 – Data de abertura: 13/07/2010 – Aquisição de material de consumo, para a realização de serviços de manutenção corretiva nas persianas deste Regional – Valor Licitado: **R$ 6.994,50** (seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).
- PREGÃO N.º 11/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.614/2010 – Data de abertura: 08/07/2010 – Aquisição de material de consumo (limpeza, produtos de higienização e material de copa e cozinha) para este Tribunal – Valor Licitado: **R$ 18.606,60** (dezoito mil, seiscentos e seis reais e sessenta centavos).
- PREGÃO N.º 12/2010 – PROCESSO TRT N.º 1.660/2010 – Data de abertura: 16/07/2010 – Aquisição de coletores seletivos de resíduos, destinado ao Fórum Ireneo Joffily Filho, na cidade de Campina Grande-PB – Valor Licitado: **R$ 3.280,00** (três mil, duzentos e oitenta reais).
- PREGÃO N.º 13/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.003/2010 – Data de abertura: 19/07/2010 – Aquisição de material de consumo (combustíveis, lubrificantes automotivos e material para manutenção de veículos) para este Tribunal – Valor Licitado: **R$ 12.132,00** (doze mil, cento e trinta e dois reais).
- PREGÃO N.º 14/2010 – PROCESSO TRT N.º 5.939/2010 – Data de abertura: 26/08/2010 – REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de consumo (processamento de dados) – Valor Licitado: **R$ 42.700,10** (quarenta e dois mil, setecentos reais e dez centavos) – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício.
- PREGÃO N.º 15/2010 – PROCESSO TRT N.º 15.640/2010 – Data de abertura: 19/10/2010 – Contratação de empresa especializada em desinsetização e imunização das edificações pertencentes a este Regional – Valor Licitado: **R$ 13.540,00** (treze mil, quinhentos e quarenta reais).
- PREGÃO N.º 16/2010 – PROCESSO TRT N.º 11.770/2010 – Data de abertura: 19/10/2010 – Aquisição de três veículos de serviço, sendo um tipo minivan e dois na categoria mínima de tamanho sedan tipo médio, com vistas a redução de custos de manutenção e renovação da atual frota deste Tribunal – Valor Licitado: R$ 188.400,00 (cento e oitenta e oito mil e quatrocentos reais).
- PREGÃO N.º 17/2010 – PROCESSO TRT N.º 18.480/2010 – Data de abertura: 20/10/2010 – Aquisição de material consumo e permanente (aparelho telefônico, mola e quadro) para este Tribunal – Valor Licitado: **R$ 7.950,00** (sete mil, novecentos e cinquenta reais).
- PREGÃO N.º 18/2010 – PROCESSO TRT N.º 17.613/2010 – Data de abertura: 18/11/2010 – Aquisição de materiais de consumo (peças de reposição), destinadas à manutenção de persianas deste Regional – Valor Licitado: **R$ 3.080,00** (três mil e oitenta reais).
- PREGÃO N.º 19/2010 – PROCESSO TRT N.º 18.130/2010 – Data de abertura: 05/11/2010 – Aquisição de material de consumo (limpeza, produtos de higienização e material de copa/cozinha) para este Tribunal – Valor Licitado: R$ 3.814,00 (três mil, oitocentos e

quatorze reais).

- PREGÃO N.º 20/2010 – PROCESSO TRT N.º 19.168/2010 – Data de abertura: 13/12/2010 – Aquisição de material de consumo (ferramentas), objetivando atender a Coordenadoria de Engenharia e Manutenção, deste Tribunal – Certame Deserto.
- PREGÃO N.º 21/2010 – PROCESSO TRT N.º 4.179/2010 – Data de abertura: 09/11/2010 – Contratação de empresa especializada objetivando a execução dos serviços de guarda e vigilância patrimonial nas unidades integrantes deste Tribunal – Valor Licitado: **R$ 1.440.000,00** (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses.
- PREGÃO N.º 22/2010 – PROCESSO TRT N.º 19.171/2010 – Data de abertura: 16/11/2010 – Aquisição de material de consumo (fórmica texturizada flexível, rígida e pvc, mdf, cantoneiras etc), buscando atender às necessidades da Coordenadoria de Engenharia e Manutenção deste Tribunal – Valor Licitado: **R$ 12.306,80** (doze mil, trezentos e seis reais e oitenta centavos).
- PREGÃO N.º 23/2010 – PROCESSO TRT N.º 19.172/2010 – Data de abertura: 17/11/2010 – Aquisição de material de consumo (hidráulico - joelho, tubo soldável, sifão, torneiras, etc), buscando atender às necessidades da Coordenadoria de Engenharia e Manutenção deste Tribunal – Valor Licitado: **R$ 4.894,65** (quatro mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos).
- PREGÃO N.º 24/2010 – PROCESSO TRT N.º 18.836/2010 – Data de abertura: 17/11/2010 – Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral acondicionada em garrafões de 20 (vinte) litros para este Tribunal – Valor Licitado: **R$ 12.540,00** (doze mil, quinhentos e quarenta reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses.
- PREGÃO N.º 25/2010 – PROCESSO TRT N.º 15.735/2010 – Data de abertura: 10/12/2010 – Contratação de empresa especializada ou profissional autônomo para a recuperação e substituição do revestimento de sofás e cadeiras que se encontram na recepção da Secretaria Geral da Presidência, na recepção principal, na recepção do 3º Andar (bloco A) e nos Serviços Gerais deste Tribunal – Certame Deserto.
- PREGÃO N.º 26/2010 – PROCESSO TRT N.º 18.985/2010 – Data de abertura: 06/12/2010 – Aquisição e colocação de placas de inauguração, referente à instalação das Varas Eletrônicas nas cidades de Areia, Itabaiana, Monteiro, Picuí, Catolé do Rocha, Itaporanga, Sousa, Cajazeiras e Mamanguape, deste Tribunal - Valor Licitado: **R$ 9.540,00** (nove mil, quinhentos e quarenta reais)
- PREGÃO N.º 27/2010 – PROCESSO TRT N.º 21.135/2010 – Data de abertura: 07/12/2010 – Aquisição de 14 (quatorze) aparelhos de ar condicionado, tipo SPLIT SYSTEM HI WALL, com vistas a atender as necessidades deste Tribunal - Valor Licitado: **R$ 17.575,00** (dezessete mil, quinhentos e setenta e cinco reais)
- PREGÃO N.º 28/2010 – PROCESSO TRT N.º 22.913/2010 – Data de abertura: 13/12/2010 – Aquisição de um veículo para renovação da frota deste Regional- Valor Licitado: **R$ 72.724,00** (setenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro reais)

c) Modalidade pregão – tipo licitação

- PREGÃO N.º 01/2010 – PROCESSO TRT N.º 17.388/2009 – Data de abertura: 22/01/2010 – Contratação de empresa visando a cobertura securitária da frota de veículos pertencentes ao acervo deste Tribunal – Valor licitado: **R$ 26.000,00** (vinte e seis mil reais).
- PREGÃO N.º 02/2010 – PROCESSO TRT N.º 4.146/2010 – Data de abertura: 21/05/2010 – Aquisição e atualização de licenças de uso de programas de informática (softwares) – Valor licitado: **R$ 35.243,60** (trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta

centavos).

- PREGÃO N.º 03/2010 – PROCESSO TRT N.º 10.927/2009 – Data de abertura: 24/05/2010 – Aquisição de solução para transmissão de notícias relacionadas com atividades judiciárias – Valor licitado: **R$ 31.144,97** (trinta e um mil, cento e quarenta reais e noventa e sete centavos).
- PREGÃO N.º 04/2010 – PROCESSO TRT N.º 7.499/2010 – Data de abertura: 07/06/2010 – Aquisição de material de consumo, para a realização de serviços de manutenção dos equipamentos de informática deste Tribunal – Valor licitado: R$ 46.809,90 (quarenta e seis mil, oitocentos e nove reais e noventa centavos).
- PREGÃO N.º 05/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.238/2010 – Data de abertura: 16/06/2010 – Aquisição de estabilizadores de tensão monofásicos, para suprir a demanda por equipamentos das diversas unidades deste Regional – Valor licitado: **R$ 18.980,00** (dezoito mil, novecentos e oitenta reais).
- PREGÃO N.º 06/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.533/2010 – Data de abertura: 17/06/2010 – Registro de preços para futuras aquisições de material de consumo (limpeza, produtos de higienização, copa e cozinha), visando suprir necessidades eventuais deste Regional – Valor licitado: **R$ 152.882,00** (cento e cinquenta e dois mil reais). – valor correspondente à aquisição total do Registro de Preços.
- PREGÃO N.º 07/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.693/2010 – Data de abertura: 21/06/2010 – Aquisição de material permanente (livros), para a Secretaria do Tribunal Pleno (Turma de Julgamento) e Secretaria de Controle Interno deste Regional – Valor licitado: **R$ 7.941,66** (sete mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos)
- PREGÃO N.º 08/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.637/2010 – Data de abertura: 22/06/2010 – Aquisição de material de consumo (gráfica, reprografia e encadernação) para este Regional - Valor licitado: **R$ 956,43** (novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos).
- PREGÃO N.º 09/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.762/2010 – Data de abertura: 01/07/2010 – Registro de Preços para a aquisição imediata, futura e eventual de teclados ergonômicos visando adequar os equipamentos de informática ao projeto ergonômico deste Regional – Valor licitado: **R$ 49.122,45** (quarenta e nove mil, cento e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos). – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício.
- PREGÃO N.º 10/2010 – PROCESSO TRT N.º 8.751/2010 – Data de abertura: 19/08/2010 – Contratação de empresa para execução de serviços de consultoria técnica especializada em implementação de portal, baseado na tecnologia Plone/Zope/Python para este Tribunal – Certame Deserto.
- PREGÃO N.º 11/2010 – PROCESSO TRT N.º 13.831/2010 – Data de abertura: 03/09/2010 – Registro de Preços para futuras aquisições de material permanente (apoio para os pés), visando suprir necessidades eventuais deste Regional durante um ano – Certame Revogado.
- PREGÃO N.º 12/2010 – PROCESSO TRT N.º 12.142/2010 – Data de abertura: 17/09/2010 – Aquisição de material permanente (microfones, mesa de áudio, etc), para veiculação de reportagens na TV Justiça – Valor licitado: **R$ 11.100,00** (onze mil e cem reais).
- PREGÃO N.º 13/2010 – PROCESSO TRT N.º 14.082/2010 – Data de abertura: 20/09/2010 – Registro de Preços para futuras aquisições de material permanente (aparelhos tipo split), visando suprir necessidades eventuais deste Regional durante um ano – Valor licitado: **R$ 36.599,95** (trinta e seis mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos). – valor correspondente à aquisição total do Registro de Preços.
- PREGÃO N.º 14/2010 – PROCESSO TRT N.º 12.380/2010 – Data de abertura: 11/11/2010 – Contratação de empresa visando a cobertura securitária dos imóveis pertencentes ao acervo patrimonial deste Tribunal – Valor licitado: **R$ 22.499,00** (vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais).
- PREGÃO N.º 15/2010 – PROCESSO TRT N.º 19.097/2010 – Data de abertura: 10/11/2010

– Aquisição de material de consumo, para atender as necessidades de serviços de manutenção de equipamentos das multifuncionais Samsung deste Regional, conforme especificação técnica mínima disposta neste Edital e seus anexos – Valor licitado: **R$ 7.899,50** (sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

- PREGÃO N.º 16/2010 – PROCESSO TRT N.º 19.169/2010 – Data de abertura: 16/11/2010 – Aquisição de material de permanente (máquinas, ferramentas e utensílios de oficina) para este Tribunal. – Valor licitado: **R$ 1.187,00** (um mil, cento e oitenta e sete reais).
- PREGÃO N.º 17/2010 – PROCESSO TRT N.º 14.937/2010 – Data de abertura: 30/11/2010 – Aquisição de software de inteligência de negócios para a Administração deste Regional – Valor licitado: **R$ 46.800,00** (quarenta e seis mil e oitocentos reais).
- PREGÃO N.º 18/2010 – PROCESSO TRT N.º 20.306/2010 – Data de abertura: 09/12/2010 – Aquisição de equipamentos, programas e serviços ainda não contemplados nas etapas anteriores do projeto de alta disponibilidade dos recursos de TIC – Valor licitado: **R$ 397.557,89** (trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos).
- PREGÃO N.º 19/2010 – PROCESSO TRT N.º 18.466/2010 – Data de abertura: 16/12/2010 – contratação de empresa para execução de serviços de treinamento em "ITIL e COBIT", necessário para a implementação da Governança de TI neste Tribunal – Valor licitado: **R$ 6.700,00** (seis mil e setecentos reais).
- PREGÃO N.º 20/2010 – PROCESSO TRT N.º 25.121/2010 – Data de abertura: 21/12/2010 – Aquisição de materiais de consumo (torneiras e válvulas para mictório com temporizadores), visando atender às necessidades deste Regional – Valor licitado: **R$ 19.200,00** (dezenove mil e duzentos reais).
- PREGÃO N.º 21/2010 – PROCESSO TRT N.º 24.882/2010 – Data de abertura: 22/12/2010 – Aquisição de películas de controle solar, com a execução de serviços de retirada e instalação, visando atender às necessidades deste Regional – Valor licitado: **R$ 36.696,00** (trinta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais).

- **<u>Comentários sobre as licitações.</u>**

Foram instruídos 60 (sessenta) certames licitatórios, correspondendo a um valor total estimado no mercado local para as aquisições de **R$ 4.300.896,90** (quatro milhões, trezentos mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa centavos).

MODALIDADE LICITATÓRIA	NÚMERO DE CERTAMES LICITATÓRIOS
TOMADA DE PREÇOS	11
PREGÃO – tipo presencial	28
PREGÃO – tipo eletrônico	21

Buscando sempre o oferecimento de maior vantajosidade para a administração, a CPL/Pregoeiro efetivamente obtiveram nas licitações uma economia média na ordem de 9,72% (nove vírgula setenta e dois por cento) sobre o valor total estimado no mercado local para as aquisições.

Observando o acima exposto, e considerando os mesmos parâmetros, em inúmeros certames obteve-se economia superior a 35% (trinta e cinco por cento) do estimado, onde podemos exemplificar:

Certames Licitatórios	Valor Percentual de Economia
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 06/2010 — Contratação de empresa habilitada na execução de serviços de assistência	**48,61%**

técnica especializada em manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e reposição de quaisquer componentes/peças novos e originais, dos 04 (quatro elevadores) instalados no edifício sede deste Regional	
PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 05/2010 – Aquisição de estabilizadores de tensão monofásicos, para suprir a demanda por equipamentos das diversas unidades deste Regional	**36,52%**
PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 20/2010 – Aquisição de materiais de consumo (torneiras e válvulas para mictório com temporizadores), visando atender às necessidades deste Regional	**59,59%**
PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 21/2010 – Aquisição de películas de controle solar, com a execução de serviços de retirada e instalação, visando atender às necessidades deste Regional	**44,00%**

Há de se registrar ainda, que o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, foi o primeiro órgão do Estado a realizar, com sucesso, o Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico n° 01/2004 realizado em 30/12/2004), segundo informado pelo Banco do Brasil, gerenciador do sistema licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).

•**Sistema de Registro de Preços**

•

Previsto na legislação desde 1983 (Artigo 15, §3° da Lei n° 8.666/93), o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, já havia adotado o Sistema de Registro de Preços como participante, mas não como gerenciador, visando dar maior celeridade nas aquisições, bem como economizar para os cofres públicos.

No ano de 2009, conforme previsto no Relatório do ano de 2008, O TRT da 13a Região realizou o primeiro certame para Registro de Preços (O Pregão n° 04/2009), passando a atuar também como órgão gerenciador das Atas.

Em 2010, houveram 05 (cinco) certames licitatórios para Registro de Preços, que envolveram os mais diversos materiais e equipamentos (aparelhos de ar condicionado do tipo "split", teclados ergonômicos, material de consumo de processamento de dados e material de limpeza).

•**Análise crítica do resultado alcançado**

Em conformidade com o disposto na legislação vigente, as Leis n° 8.666/1993 e suas alterações e ainda a Lei n° 10.520/2002 e o Decreto n° 3.555/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693/2000, 3.784/2001 e 5.450/2005, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) e o Pregoeiro deste Tribunal desempenham suas atividades, nos devidos termos do Título I, Seção VII, subseção VI do Regimento Geral de Secretaria deste Regional.

Como setor competente para dirigir e julgar os processos de licitação e praticar os atos necessários a alcançar esses objetivos, a CPL utiliza como parâmetros para auferir os resultados obtidos ao longo do exercício, critérios tanto de ordem subjetiva, como de ordem objetiva. Os mesmos parâmetros são utilizados pelo Pregoeiro no desempenho de suas atividades.

Os critérios de ordem subjetiva, ou de livre interpretação, pautam-se pela satisfação dos interesses dos setores solicitantes quando da aquisição de bens e serviços por parte deste Tribunal, bem como pelo tratamento dispensado aos licitantes quando da realização do certames e ao público em geral quando do atendimento em virtude de dúvidas e esclarecimentos.

Já os critérios de ordem objetiva, são considerados como sendo a fiel observância dos princípios constitucionais que regem o serviço público quando do exercício de suas atividades, bem como a busca incessante pela economia dos gastos com a aquisição de bens e serviços por parte deste Regional com o critério de comparabilidade entre os preços estimados pela Administração e os efetivamente licitados/contratados.

Baseado nos critérios acima apresentados, pode-se avaliar o resultado obtido ao longo dos exercícios de 2003/2010 (até a presente data) como sendo satisfatório, ao se considerar :

- Que não houveram reclamações por parte dos licitantes nem do público em geral no concernente ao atendimento disponibilizado por esta Comissão, haja vista o não recebimento por parte desta de nenhum questionamento direto nem por parte da Ouvidoria do Tribunal;
- A não existência de qualquer reclamação por parte de outros setores deste Tribunal com relação ao desempenho das atividades da CPL. Há de se registrar nesse momento que esta Comissão também prima pelo bom relacionamento com os diversos setores deste Tribunal, considerando que a Administração é una;
- A fiel observância dos princípios insculpidos na carta Constitucional e na legislação atinente aos procedimentos de licitação e pregão, foram rotineiramente observados pela Assessoria Jurídica e aferidos pela Secretaria do Controle Interno deste Tribunal, não encontrando-se irregularidades que viessem macular o desempenho das atividades executadas;
- A economia obtida na aquisição de bens e serviços por parte deste Tribunal, comparando-se os valores estimados pela Administração, que baseiam-se em pesquisas de mercado e o valor efetivamente disponibilizado pelo Tribunal quando da aquisição de bens e serviços. Esta economia, considerados os valores apresentados neste Relatório de Atividades (ano 2010), representa em média o percentual acima de 9,00% (nove por cento), e, em se considerando a média dos últimos 04 (quatro) exercícios um percentual acima de 15,00% (quinze por cento).

- **Medidas implementadas e a implementar para melhorar o desempenho das atividades.**

Com a preocupação de buscar o constante aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, a Comissão Permanente de Licitação e o Pregoeiro, solicitaram da Administração providências principalmente no pertinente às partes de capacitação profissional e operacional do Setor, dentre estas a realização de cursos de aperfeiçoamento e a disponibilização de equipamentos de informática mais modernos.

Em resposta, a Administração do Tribunal providenciou no exercício de 2010 a atualização dos Servidores através da participação em eventos que visavam a sua capacitação.

A Secretaria Administrativa em conjunto coma a CPL entendeu como necessário, para o exercício de 2011, da necessidade da execução de cursos com a apresentação de roteiros demonstrando aos diversos setores que compõem este Tribunal da exigência de melhor especificar os produtos/serviços solicitados. O intuito será evitar diligências que venham a procrastinar o andamento dos certames bem como facilitar a aquisição de bens e serviços por parte deste Tribunal.

Entendeu-se também, como prioridade para o exercício 2011, a continuidade da capacitação dos Servidores através de cursos, bem como a disponibilização de equipamentos de informática mais modernos.

1.2.3. Gestão Orçamentária

O Orçamento Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, relativo ao exercício de 2010, apresentou dotação de **R$ 305.625.705,00** (trezentos e cinco milhões seiscentos e vinte e

cinco mil setecentos e cinco reais) e foi executado, em observância às normas legais e regimentais atinentes à especie, culminando com uma despesa líquida de **R$ 302.195.891,14** (trezentos e dois milhões cento e noventa e cinco mil e oitocentos e noventa e um reais e catorze centavos), correspondendo a 98,87% da dotação disponível para execução, conforme demonstrativos que seguem.

Registre-se que o percentual de execução do orçamento não alcançou um percentual maior em virtude de significativa quantia encaminhada, no final do exercício, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no valor de **R$ 2.889.775,78**, a título de obrigações patronais, sem a efetiva necessidade de utilização por parte deste TRT da 13ª Região.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2010, é apresentado nas Tabelas abaixo:

O detalhamento das despesas relacionadas a essa ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2010, é apresentado nas Tabelas abaixo:

1.2.3.1.Total Geral das Dotações Orçamentárias

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
TOTAL GERAL		305.625.705,00	302.195.891,14	0,00	0,00	2.889.775,78	98,7318%

1.2.3.2.Programas Diversos

1.2.3.2.1.Programa: 09.272.0089.0396.0001 - Encargos com Inativos e Pensionistas

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
319001	INATIVOS	28.332.919,00	28.332.919,00	0,00		49,46	100,00%
TOTAL		28.332.919,00	28.332.919,00	0,00		49,46	100,00%

1.2.3.2.2. Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
319000	DESPESA DE PESSOAL ATIVO	191.479.224,00	191.479.224,00	0,00		0,00	100,00%
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	36.387.985,00	33.498.209,22	0,00		2.889.775,78	92,0584%
TOTAL		**227.867.209,00**	**224.977.433,22**	**0,00**	**0,00**	**2.889.775,78**	**98,7318%**

1.2.3.2.3.Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE)

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	8.154.235,00	8.079.565,00	0,00		74.670,00	99,0843%
449000	PERMANENTE	2.461.000,00	2.461.00,00	0,00		0,00	100,00%
TOTAL		**10.615.235,00**	**10.540.565,00**	**0,00**	**0,00**	**74.670,00**	**99,2966%**

1.2.3.2.4.PROGRAMA: 02.128.0571.4091.0001 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	490.400,00	448.128,18			42.271,82	91,3801%
TOTAL	**TOTAL**	**490.400,00**	**448.128,18**			**42.271,82**	**91,3801%**

1.2.3.2.5.Programa: 02.306.0571.2012.0001 - Auxílio Alimentação

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA

339046	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	7.176.160,00	7.176.160,00			0,00	100,00%
TOTAL		**7.176.160,00**	**7.176.160,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,00%**

1.2.3.2.6.Programa: 02.331.0571.2011.0001 - Auxílio Transporte

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA
339049	AUXÍLIO TRANSPORTE	6.395,00	6.395,00	0,00		0,00	100,00%
TOTAL		6.395,00	6.395,00	**0,00**		**0,00**	**100,00%**

1.2.3.2.7.Programa: 02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-escolar.

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA
339008	AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	559.800,00	559.800,00	0,00		0,00	100,00%
TOTAL		559.800,00	559.800,00	**0,00**		**0,00**	**100,00%**

1.2.3.2.8.Programa: 02.061.0571.4224.0025 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	365.500,00	365.500,00	0,00		0,00	100,00%
TOTAL		365.500,00	365.500,00	**0,00**		**0,00**	**100,00%**

1.2.3.2.9.Programa: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais.

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA
319091	TRT 13ª REGIÃO – SPV	604.119,00	189.097,28	0,00		415.021,72	31,3013%
319091	PRECÁTORIOS	16.107.425,00	16.106.754,92	0,00		670,08	99,9958%
319091	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	4.119.957,00	4.117.506,05	0,00		2.450,95	99,9405%
319091	INST. FED. EDUC. CIENC. E TEC. DA PARAIBA	28.478,00	28.477,92	0,00		0,08	99,9997%
319091	FUND. IBGE	7.147,00	7.146,26	0,00		0,74	99,9896%
319091	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	2.247.415,00	2.247.414,84	0,00		0,16	99,9999%
319091	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	46.404,00	46.403,55	0,00		0,45	99,9990%
TOTAL		**23.160.945,00**	**22.742.800,82**	**0,00**		**418.142,83**	**98,1946%**

1.2.3.2.10.Programa: 02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores –

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA

339000	CUSTEIO	3.236.396,00	3.236.396,00	0,00		0,00	100,00%
449052	MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL		3.236.396,00	3.236.396,00	**0,00**		**0.00**	**100,00%**

1.2.3.2.11.Programa: 02.126.0571.2C73.0001 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO NACIONAL

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	89.016,00	84.063,92	0,00	0,00	4.952,08	94,4369%
TOTAL		89.016,00	84.063,92	0,00	0,00	4.952,08	94.4369%

1.2.3.2.12.Programa: 02.126.0571.5093.0001 - Implantação do Sistema Integrado de Gestão Nacional.

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA
339030	CUSTEIO	22.500,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
449052	MATERIAL PERMANENTE	703.230,00	703.230,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
TOTAL		725.730,00	725.730,00	0,00	0,00	0,00	100,00%

1.2.3.2.13.Programa: 02.122.0571.10WT.0025 - Construção do Fórum Trabalhista em João Pessoa ..

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	Desp. Autorizada	Desp. Realizada	Desp. Empenhada	Desp.Pré-Empenhada	Saldo	% UTILIZADA
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00		0,00	100,00%
TOTAL		3.000.000,00	3.000.000,00	1.500.000,00			100,0000%

1.2.4. Tecnologia da Informação

Considerando a total informatização do TRT da 13ª Região, a Secretaria de Tecnologia e Informação avançou substancialmente, crescendo suas competências e exigindo de seu quadro técnico maior aprimoramento nas diversas demandas sob sua responsabilidade. A partir dai várias ações foram implementadas sempre no intuito de melhorar os serviços de informática, merecendo destaque as que abaixo se apresentam:

•**Tribunal simplifica linguagem jurídica na consulta a processos, o serviço foi implantado para orientar o cidadão sem conhecimento jurídico.** Qualquer cidadão que consultar uma ação trabalhista no portal do Tribunal do Trabalho da Paraíba (www.trtt13.jus.br) terá a interpretação da linguagem jurídica sobre as movimentações do processo. O serviço foi implantado pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, para orientar o cidadão que, mesmo sem conhecimento jurídico, pode saber o que está acontecendo com o seu processo. Basta colocar o cursor na ação referente à tramitação do processo e aparecerá para o usuário a explicação em uma linguagem usual;

•**Sistema Eletrônico de Diárias,** O Sistema de diária, integra-se ao Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico SISPAE nos pedidos de diárias. Com essa nova ferramenta os setores administrativos solicitam diárias para seus servidores eletronicamente, preenchendo campos definidos pelo sistema. Após, o SUAP protocoliza o pedido que passa a receber todas as suas tramitações;

•**Terminais de Autoatendimento com acesso a Internet,** Foi instalado terminais de autoatendimento nos Fóruns de João Pessoa, Campina Grande e na sede do TRT13 com acesso à internet. Com esses equipamentos os advogados e partes podem acessar através dos terminais as peças eletrônicas dos processos;
•**Instalação de novo Grupo Gerador e Nobreak na sede do TRT13,** Foi instalado, após completa substituição da rede elétrica da sede do TRT13, entre a subestação e o datacenter, um novo e moderno equipamento Grupo Gerador e Nobreak. Os equipamentos têm a finalidade de prover o datacenter de energia nos períodos de falta, deixando o banco de dados e portal de serviços disponível ao jurisdicionado o maior tempo possível;
•**Acesso remoto aos Oficiais de Justiça.** Os Oficiais de Justiça de João Pessoa e Santa Rita passarem a ter acesso ao SUAP de fora do TRT, através do Gabinete Virtual. Ou seja, estes Oficiais passam a ter a possibilidade de após cumprir suas diligências, alimentar o SUAP de suas residências ou lugares diversos, sem precisas se dirigir ao Fórum o Vara. Ainda este ano a STI irá disponibilizar esta tecnologia para os demais Oficiais de Justiça;
•**BB e Caixa: Sistema de Depósito Judicial Eletrônico,** Implantado o Sistema de Depósito Judicial Eletrônico. O sistema permite a inclusão automática no processo da informação sobre o pagamento da guia de acolhimento de depósito judicial, sem a participação dos servidores das Varas, munindo o advogado e as partes do momento exato do recolhimento do valor, assim como permite que o interessado através do Portal de Serviços no site do TRT, (www.trt13.jus.br/portalservicos/) preencha e emita uma guia eletrônica de acolhimento de depósito judicial. A guia pode ser paga através de Terminal de Autoatendimento, Internet Banking, TED ou na Agência Bancária;
•**Intimação Eletrônica ao INSS – Webservice,** Foi ampliando o Sistema de intimação eletrônica aos Procuradores do INSS da Jurisdição de Campina Grande. Com este sistema os servidores das Varas de Areia, Picuí, Guarabira, Campina Grande, Monteiro e Patos não precisão mais enviar os processos para análise dos procuradores, com um clique no SUAP, através de WebService entre o SUAP(TRT13) e SICAU (AGU), eles intimados eletronicamente do Processo;
•**TRT da Paraíba firma convênio com Banco do Brasil,** O Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba e o Banco do Brasil firmaram convênio de cooperação técnica e financeira. O convênio, assinado pelo desembargador Edvaldo de Andrade, presidente do TRT e pelo superintendente do Banco do Brasil na Paraíba, Elói Medeiros Júnior, definiu a captação de recursos em prol do Regional para a melhoria da prestação jurisdicional, e, em contrapartida, o Banco do Brasil como agente dos depósitos judiciais e precatórios em toda a jurisdição da Paraíba. Pela primeira vez um convênio com uma instituição bancária vai possibilitar investimentos de porte no projeto de modernização do TRT. O convênio estabeleceu que o Banco do Brasil repasse, mensalmente, a partir do décimo dia útil, 0,10% sobre o saldo médio dos depósitos judiciais apurado no mês anterior O valor será repassado em favor dos fornecedores ou prestadores de serviço do TRT mediante ofício. O Banco do Brasil adiantou o valor de R$ 1,8 mil reais em seis parcelas de R$ 300 mil para a aquisição da Sala Cofre – um equipamento que protege o sistema de tecnologia da informação. Segundo o presidente Desembargador Edvaldo de Andrade, os recursos oriundos do convênio com o Banco do Brasil serão usados exclusivamente para implementar melhorias. “Esses recursos servirão para acelerar nosso Projeto de Modernização com a compra de equipamentos de informática e vão propiciar um avanço com a incorporação de novas tecnologias, garantindo maior celeridade”. Sala Cofre vai assegurar a continuidade dos serviços prestados à população, via internet, mesmo em caso de sinistro, como incêndio, inundação e até desabamento. A Sala funciona como uma espécie de célula de sobrevivência, mantendo intactas as informações que ficam lá dentro. É um espaço que abriga todos os equipamentos que armazenam os dados do Tribunal, como os processos eletrônicos, e possui os mais avançados recursos para preservar a integridade física das máquinas. A temperatura é regulada, as paredes são resistentes a tiros, inundações e incêndios, e a 50 minutos de exposição direta ao fogo. Sensores internos são capazes de detectar qualquer princípio de incêndio, cessado instantaneamente com o uso de um gás que impede a combustão. A

parte elétrica é outro grande diferencial do novo ambiente. No breaks e geradores garantem a disponibilidade dos sistemas, mesmo com quedas de energia. A medida vai atender ao crescimento da demanda, principalmente, pelos procedimentos eletrônicos instalados em onze Varas do Trabalho da Primeira Instância e sede do TRT. Além disso, o acréscimo de novos sistemas, equipamentos, usuários e também conexão com base de dados de outras instituições, acarretam numa maior necessidade de proteção do servidor, onde estão instalados os principais sistemas de informática do TRT, que são o Suap e o Portal de Serviços, na Internet. Com a instalação da Sala Cofre, o Data Center ficará protegido até de incêndios, água, gases e desabamentos;

•**e-Saber - Programa de inclusão digital já atendeu 90 alunos,** TRT inicia 6ª edição do projeto, que beneficiará adolescentes assistidos pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Escravo). Mais quinze adolescentes estão participando do curso E-Saber de Inclusão Digital promovido por servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba e com o apoio da Amatra 13 – Associação dos Magistrados e Credjust – Cooperativa de CRÉDITO da Justiça do Trabalho. Com nova turma, que já é assistida pelo programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI do Jardim Veneza, o projeto de inclusão digital já soma 90 adolescentes atendidos;

•**Ampliação dos links de Campina Grande, Guarabira e Patos,** Através de Registro de Preço feito no TRT13 foi possível ampliar os links dos Fóruns de Campina Grande (1 Mbps para 12 Mbps), Guarabira e Patos (256 Kbps para 1 Mbps). Com essa ampliação os respectivos Fóruns tiveram melhora de performance suficiente para receber a implantação dos procedimentos eletrônicos. Os referidos links funcionam através da tecnologia de rádio;

•**Processômetro: Placar dos Processos Eletrônicos,** Com atualização a cada hora, o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba está exibindo o número exato de processos que são autuados eletronicamente na Região. Nomeado pela Secretaria de Tecnologia da Informação como "Processômetro", o sistema é capaz de informar a soma das ações eletrônicas que dão entrada nas nove Varas de João Pessoa, nas duas de Santa Rita, cinco de Campina Grande, Patos e Guarabira e no próprio TRT (2ª Instância);

•**Envio automática de Acórdãos,** Agora os e-mails aos juizes de primeiro grau são enviados automaticamente através do PUSH toda vez que ocorre julgamento de processo no segundo grau. Antes este envio era feito através da manipulação de um servidor da o Secretaria do Tribunal Pleno;

•**Implantação do Fórum Eletrônico de Campina Grande,** No dia 06/06/2010 o Tribunal Regional do Trabalho implantou os procedimentos eletrônicos no Fórum de Campina Grande atingindo as 05 Varas do Trabalho, Distribuição dos Feitos e Central de Mandados. A partir desta data todas as ações, desde sua autuação, tramitarão 100% em rito eletrônico sem a materialização de qualquer peça processual;

•**Disponibilizado novo Dicionário Aurélio para web,** Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT disponibilizou o novo Dicionário Aurélio para web e com a nova ortografia. O atalho encontra-se no cabeçalho da Intranet ao lado do acesso ao Webmail. Com mais de 435 mil verbetes, definições e locuções; Navegação amigável; interface muito mais bonita e fácil de consultar; Consulta qualquer verbete, de A a Z, incluindo flexões de verbos e plurais; Confere o histórico das consultas recentes; Pesquisa reversa: procura palavras citadas no texto dos verbetes; Verbetes categorizados: faz pesquisa por palavras filtradas em 15 categorias (adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, elemento de composição, interjeição, numeral, prefixo, preposição, pronome, substantivo, sufixo, verbo, gíria e estrangeira); Máscaras: faz pesquisas avançadas digitando o início ou o fim de uma palavra; Conjugação de verbos: conjugação completa dos verbos consultados; Copiar, colar e imprimir: copia e cola verbetes em seus arquivos; Imprime verbetes diretamente do dicionário;

•**Congresso Brasileiro sobre Processo Judicial Eletrônico Trabalhista,** O Tribunal Trabalho da Paraíba é o pioneiro na implantação do processo eletrônico no país e realizou em Campina Grande o I Congresso Brasileiro sobre Processo Judicial Eletrônico Trabalhista. O evento reuniu juristas de todo o Brasil e aconteceu no período de 07 a 09 de junho, no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – Fiep.. O Congresso pretendeu criar um ambiente acadêmico capaz de

debater as questões jurídicas e de tecnologia relacionadas ao processo eletrônico; difundir sistemas, rotinas e estruturas utilizadas na gestão e estruturação do processo eletrônico; discutir sistema de garantia de segurança e de transparência no trâmite de processos eletrônicos, além de destacar os principais entraves administrativo-financeiros para a implantação do processo eletrônico. Por designação do desembargador Edvaldo de Andrade, presidente do TRT, o juiz Ubiratan Moreira Delgado coordenará o Congresso. O vice-coordenador é o juiz Lindinaldo Marinho. O I Congresso Brasileiro sobre Processo Judicial Eletrônico Trabalhista foi uma realização do Tribunal do Trabalho da Paraíba, com apoio da Astra 13 – Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho e patrocínio da Caixa. O I Congresso Brasileiro sobre Processo Eletrônico Trabalhista, está reunindo presidentes dos Tribunais do Trabalho de todo o Brasil, juízes e servidores da Justiça do Trabalho. Na abertura teve como atrativo a apresentação de uma quadrilha, marca dos festejos de São João no nordeste. O prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego, saudou os participantes. O presidente do TRT desembargador Edvaldo de Andrade falou da satisfação da Justiça do Trabalho da Paraíba em sediar um evento de porte nacional. O ministro vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, que participou da solenidade de abertura, ressaltou o caráter pioneiro da Justiça Trabalhista da Paraíba e se disse um entusiasta do Processo Eletrônico. Citou Rui Barbosa: "Justiça tardia não é Justiça". Segundo o ministro, a lentidão tem sido apontada como uma das grandes causas que emperram a Justiça brasileira. "O Processo Eletrônico é a revolução silenciosa que se promove na Justiça Brasileira para se imprimir agilidade e eficiência aos processos trabalhistas". Destacou ainda a vantagem que o processo eletrônico traz para a saúde dos servidores, que não precisarão mais manusear o processo em papel, evitando, assim, muitas doenças;

•**Nova base de dados,** A migração do banco de dados do TRT13 para equipamentos mais modernos, confiáveis, com mais capacidade de processamento e armazenamento foi uma das mais importantes ações de TI do ano de 2010. Graças ao planejamento da equipe de Banco de Dados a Base de Dados do TRT13 passou a ser rodada em equipamentos Blade sem maiores transtornos para os usuários internos e externos;

•**e-Remessa – Envio eletrônico de RR e AI ao TST,** O TRT13, dando continuidade a tramitação eletrônica dos seus processos, está recebendo e enviando eletronicamente os Recursos de Revistas e Agravo de Instrumentos ao TST através do Sistema e-Remessa. Com esse Sistema implantado o TST terá acesso aos processos que foram autuados nas Varas Eletrônicas, tramitaram no TRT13 e subiram de forma totalmente eletrônica, sem a materialização de qualquer peça processual, exceto àquelas que a lei exige;

•**Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) ,** O planejamento vem em favor do crescimento do TRT da 13ª Região e do próprio Poder Judiciário. Elaborar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação usando a metodologia Balanced Scorecard foi um grande desafio, principalmente porque as ações definidas serão para os próximos 05 anos. Com total transparências as Administrações e a sociedade acompanharam os principais projetos na área de TIC no âmbito da 13ª Região;

•**Gerenciador de Estrutura Administrativa,** Sistema desenvolvido para que a SEGEPE/SAPPE gerencie o cadastro de gestores, servidores e lotações que servem como base para os sistemas SISPAE, SISAVAL e, futuramente, o SISREC e outros sistemas que interagirem com a estrutura organizacional do Tribunal;

•**Formulário de Atualização Cadastral,** Após a Resolução do CNJ que instituiu um novo modelo para o recadastramento de inativos e pensionistas, foi necessário criar um novo sistema, que foi desenvolvido utilizando a ferramenta de produtividade Maker. O SAPPE passou a manipular o cadastro dos pensionistas e inativos de forma fácil e integrada com o MentorRh;

•**Sistema de Benefícios Sociais,** Sistema desenvolvido para o SAPPE, destinado a gerir as informações e trâmite dos benefícios de Assistência Pré Escolar, UNIMED, UNIODONTO. Com este Sistema muitas ações feitas pelos servidores de forma manual, deixaram de existir, agilizando o fluxo dos trabalhos no setor. CRÉDITO: Frederico Costa, Eduardo Pinelli e equipe da CDMS;

•**Sistema de Controle de Recibos Previdenciários,** Sistema desenvolvido para o SAPPE,

destinado a organizar a emissão e o registro de recibos previdenciários emitidos pelo TRT, como Cadastro de autônomos, cálculo de INSS e geração de arquivo de importação para o Sefip;

•**Inauguração da Sala Cofre:** Em 14/10/2010 o TRT13 inaugurou a sua Sala Cofre. Esta tecnologia assegura a continuidade dos serviços prestados à população, via internet, mesmo em caso de sinistro, como incêndio, inundação e até desabamento. A Sala funciona como uma espécie de caixa preta de um avião, mantendo intactas as informações que ficam lá dentro. É um espaço que abriga todos os equipamentos que armazenam os dados do Tribunal e neste ambiente denominado Sala Cofre fica o Data Center, que é o coração do TRT13, composto de um conjunto de equipamentos interligados como servidores, switchs, storages, routers, appliance, softwares, aplicações e banco de dados entre outros.Participação em comitês gestores do CSJT., **SIGA** (Sistema Integrado de Gestão Administrativo): Max Frederico Feitosa Guedes Pereira (Coordenador Nacional);

•**Engenharia de Softwares**: Gustavo Wagner Diniz; **Segurança da Informação:** Rodrigo Mafra e "**e-Doc"**:

1.2.5.Planejamento Estratégico

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) assumiu a coordenação dos trabalhos relativos à elaboração e execução do Planejamento Estratégico do TRT da 13ª Região, para o quinquênio 2010/2014, aprovado pelo E. Tribunal Pleno, através da Resolução Administrativa nº 109/2009, de 10 de dezembro de 2009 (ver histórico em anexo).

Implementação, em março de 2010, do Portal da Gestão Estratégica do Tribunal Regional da 13ª Região, o qual foi indicado, na página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, como "portal exemplar de planejamento". A referida página funciona como uma ferramenta de qualidade para a comunicação da estratégia inserida no planejamento quinquenal para o período 2010/2014.

O Portal da Gestão Estratégica do TRT paraibano enfatiza diversas formas de comunicação, sendo um canal que se propõe a alcançar diretamente os interessados: magistrados, servidores e sociedade em geral, além de outros Órgãos que o utilizam como meio de consulta.

No portal podem ainda ser encontradas informações acerca do Planejamento Estratégico Institucional 2010/2014, do Plano de Gestão da atual Administração do Tribunal, além das ações e metas prioritárias do Poder Judiciário para o corrente ano.

◦**Programa "Conhecendo o TRT"** *Objetivo:* Realização de encontros bimestrais, promovidos pela Assessoria de Gestão Estratégica do TRT 13, visando a divulgação e disseminação das atribuições, projetos e ações implementadas pelas diversas unidades administrativas e judiciárias do Tribunal.*Palestrantes*: Titulares e servidores das unidades administrativas e judiciárias. *Local*: Auditórios das dependências dos Fóruns Maximiano Figueiredo e Irineu Joffily, e da Sede do TRT 13. *Público-Alvo*: magistrados e servidores do TRT 13 *Periodicidade:* bimestral *Forma de apresentação*: livre, sendo geralmente utilizadas exposições sobre o tema escolhido *Recursos Utilizados*: data show, telão, flip-chart e sistema de som.

◦**Calendário de eventos em 2010:**

1º EVENTO – Justiça do Trabalho: O TRT 13 faz história
PALESTRANTE: Dra. Rosivania Gomes Cunha
LOCAL: Auditório do Fórum Irinéo Joffily
DATA: 11 de maio de 2010 – 10h

2º EVENTO – Responsabilidade socioambiental: O TRT no caminho da Sustentabilidade

PALESTRANTE: Rodolpho de Almeida Eloy
LOCAL: Auditório do Fórum Maximiano Figueiredo
DATA: 14 de maio de 2010 – 10h

3º EVENTO – Responsabilidade socioambiental: O TRT no caminho da Sustentabilidade (Palestra apresentada dentro da Semana da Saúde, Qualidade e Meio Ambiente
PALESTRANTE: Rodolpho de Almeida Eloy
LOCAL: Auditório Desembargador Gil Brandão Libânio
DATA: 26 de agosto de 2010 – 10h

4º EVENTO – I Ciclo de Palestras sobre Valores Institucionais – Temas: Acessibilidade e Valorização do Ser Humano
PALESTRANTE: Franciméa Herculano Lopes e apresentação do Grupo de Dança Helena Holanda
LOCAL: Auditório do Tribunal Pleno
DATA: 03 de setembro de 2010 – 9h

5º EVENTO – II Ciclo de Palestras sobre Valores Institucionais – Temas: Ética e Transparência
PALESTRANTES: Eduardo Varandas Araruna e Aluísio Lopes de Brito
LOCAL: Auditório do Tribunal Pleno
DATA: 03 de setembro de 2010 – 9h

6º EVENTO – Coleta Seletiva: Elemento Integrador dos Aspectos Sociais, Ambientais e Econômicos
PALESTRANTE: Luíza Eugênia da Mota Rocha Cirne
LOCAL: Auditório do Fórum Irineu Joffily
DATA: 17 de novembro de 2010 – 10:30h

◦**Criação de Agenda Eletrônica:** Desenvolvida com o intuito de tornar efetiva a divulgação dos eventos que estão acontecendo e os que serão realizados ao longo de cada ano, em toda a jurisdição do TRT 13. Com isso, espera-se ampliar e proporcionar cada dia mais a participação de servidores e magistrados nas diversas atividades desenvolvidas pelo Tribunal, uma vez que sua habitual utilização viabiliza a organização da agenda individual.
◦**Criação do Núcleo Estadual de Gestão Estratégica do Judiciário:** Com o objetivo de firmar parcerias, almejando identificar e conhecer as boas práticas e experiências de sucesso de cada cooperado, que poderão ser aplicadas nos respectivos Órgãos, a fim de atingir os objetivos e alcançar as metas estabelecidas em seus Planejamentos Estratégicos. São cooperados: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª. Região, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e o Ministério Público do Estado da Paraíba. A coordenação do Núcleo está sob a responsabilidade do Assessor de Gestão Estratégica do TRT 13.
◦**Comissão Permanente de Gestão Ambiental:** Criada pelo ATO TRT GP nº 099/2008 (alterado pelo ATO TRT GP nº 049/2009), está sob a coordenação da Assessoria de Gestão Estratégica, a qual compete, no âmbito deste Regional, dentre outras atribuições, promover ações de disseminação de uma cultura de preservação ambiental e de conceitos relacionados à gestão ambiental, atuando na sensibilização dos servidores. Exemplo de ações: instalação de papa-pilhas na sede do Tribunal e no Fórum Maximiano Figueiredo; Implementação da Coleta Seletiva de Resíduos nos Fóruns Trabalhistas de João Pessoa e Campina Grande; palestras sobre responsabilidade socioambiental e temas correlatos.
◦**Oficina de Plano de Ação:** Visando capacitar os gestores dos projetos estratégicos na consecução

das etapas afetas a cada área específica.

◦**Banco de Boas Práticas:** Criado para unificar e identificar em um único espaço todas as ações de sucesso empreendidas pelo TRT 13, a fim de disponibilizá-las para todo o Regional, como também para outras instituições, promovendo, assim, o intercâmbio de informações institucionais.

◦**1ª Reunião de Análise da Estratégia – RAE:** No dia 30 de março de 2010, no auditório do Fórum Maximiano Figueiredo, com o objetivo de promover a divulgação e a discussão sobre o acompanhamento e a execução da estratégia institucional. As RAE's estão previstas na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e na Resolução Administrativa nº 109/2009, que aprovou o I Planejamento Estratégico Institucional do TRT 13ª Região 2010/2014;

◦**Realização de Curso sobre Gestão de Projetos:** Ministrado pelo Professor Pós-Doutor Joel Souto Maior, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e realização de Oficina para elaboração dos Planos de Ação do Projetos Estratégicos, ministrado por servidores da Assessoria de Gestão Estratégica, ambas as ações necessárias ao desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional 2010-2014,

◦**Metas de Nivelamento (2009) e Prioritárias (2010):** A Assessoria de Gestão Estratégica desenvolve importante papel no acompanhamento e divulgação interna e externa das iniciativas adotadas para o cumprimento das metas estabelecidas para o judiciário nacional e especificamente para o TRT 13. A AGE tem participado dos eventos promovidos pelo CNJ sobre os procedimentos correntes e os que deverão ser adotados pelos Órgãos da Justiça brasileira. Estes eventos têm também auxiliado os gestores das metas, a fim de que possam alcançar o seu pleno cumprimento.Com os trabalhos desenvolvidos para acompanhamento das Metas de Nivelamento 2009, o TRT 13 ocupou, em 2009, conforme *ranking* apurado e divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ; o 4º lugar entre os 24 Tribunais Regionais do Trabalho e o 14º entre os 90 (noventa) Tribunais de todos os segmentos da justiça brasileira. Foi sugerido e acatado pela Presidência do Tribunal, a edição de ato que disciplina a execução, o acompanhamento e a divulgação dos procedimentos adotados e dos resultados alcançados para cumprir as Metas 2010 para o Poder Judiciário Nacional (ATO TRT Nº 123/2010). Em 16 de julho de 2010, a AGE promoveu no auditório do Tribunal Pleno o I WORKSHOP SOBRE AS METAS PRIORITÁRIAS 2010, cujo resultado culminou com a elaboração de documento contendo diversas sugestões, propostas por magistrados e gestores, a fim de facilitar o cumprimento das metas 2010. A ATA do encontro e respectivas sugestões foram divulgadas no Portal da Gestão Estratégica e encaminhadas aos magistrados e servidores, como também enviadas ao Conselho Nacional de Justiça- CNJ.

◦**Criação do Núcleo de Projetos:** A AGE propôs e a Presidência do Tribunal acatou e enviou proposta ao Tribunal Pleno, que por sua vez aprovou a criação de um Núcleo de Projetos, vinculado à sua estrutura, com o objetivo de coordenador os trabalhos de execução do planejamento estratégico, através da criação e implementação de projetos estratégicos.

◦**Programa "5S":** Retomada do programa de qualidade denominado 5 S, coordenado pelo Núcleo do Processo da Qualidade, vinculado a AGE, com a realização da terceira auditoria da qualidade nas unidades administrativa e judiciárias do edifício sede do Tribunal.

◦**Realização da XI Semana da Saúde, Qualidade e Meio Ambiente:** No período de 25 a 27 de agosto de 2010, com a apresentação de palestras e exposição de trabalhos científicos que objetivaram a integração entre o Tribunal e a sociedade;

◦**Promoção do II Fórum de Gestão Estratégica:** No período de 23 a 25 de agosto de 2010, com o objetivo de elaborar, de forma participativa, o I Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC, cumprindo determinação constante na Resolução nº 99/2009 – CNJ e também como uma das ações de desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional – 2010/2014. O PETIC foi aprovado por unanimidade pelo E. Tribunal Pleno, em sessão administrativa realizada no dia 25 de novembro de 2010.

◦**Promoção do III Fórum de Gestão Estratégica:** No período de 18 a 20 de outubro de 2010, com o objetivo de elaborar, de forma participativa, o I Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas, seguindo metodologia adotada pelo Conselho Nacional de Justiça. Destaque-se que o TRT

da 13ª Região, juntamente com o TRT da 23ª, são os únicos que possuem planejamento estratégico para a área de pessoal. O referido documento deverá ser submetido ao E. Tribunal Pleno na última sessão administrativa do corrente ano, prevista para o dia 17 de dezembro.

◦**Implementação de pesquisas de satisfação (usuários externos) e pesquisa de clima organizacional (magistrados e servidores):** Com a finalidade de apurar o nível de conhecimento, qualidade e satisfação com os serviços prestados pelo TRT 13, além de identificar situações relacionadas ao ambiente de trabalho, relacionamento interpessoal, celeridade, transparência, etc. As referidas informações serviram de base para a formulação das estratégias institucional, de tecnologia da informação e de gestão de pessoas.

◦Realização de duas edições que integram o I Ciclo de Palestras sobre os Valores Institucionais constantes no Planejamento Estratégico do TRT 13ª Região.

◦**Participação do Assessor Especial de Gestão Estratégica deste regional em eventos relacionados à gestão estratégica como palestrante e convidado :**(I e II Encontro dos TRT's do Nordeste – Fortaleza/CE, 2009 e Natal/RN, em 2010; 3º Encontro Nacional do Judiciário Brasileiro - São Paulo/SP, em 2010; 2ª Reunião de Análise da Estratégia, Mato Grosso, em 2010; Encontros e Simpósios Nacionais promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, em 2009 e 2010).

1.2.6. <u>Gestão Ambiental</u>

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região tem, ao longo de sua história, privilegiado uma ação administrativa conectada com a responsabilidade socio-ambiental, na forma de atitudes inspiradas nos pressupostos da sustentabilidade e de promoção da consciência ecológica. Em abril de 2008 foi criada a Comissão Permanente de Gestão Ambiental - CPGAM, por meio do ATO TRT GP nº 99/2008, com o objetivo de materializar e coordenar um planejamento de Gestão Ambiental, em atenção à Recomendação nº 11 do Conselho Nacional de Justiça.

A CPGAM no TRT13 é formada pelos seguintes membros: Samuel von Laer Norat (Presidente), Wilson Quirino da Silva (Secretário) e os seguintes membros, Tibério Claudio Oliveira Paiva, Rodolpho de Almeida Eloy, José Paulo Travassos de Arruda, Severina Silva Paiva, Janine Gaudêncio Fonseca, Glaucia Bronzeado Teotônio Leite Ferreira, Aroaldo Sorrentino Maia, Thiago Curvelo dos Anjos.

No ano de 2010, a Comissão Permanente de Gestão Ambiental, procurando cumprir com as atribuições que lhe foram confiadas pelo sobredito ato administrativo, levou a efeito ações e medições para alcançar os objetivos institucionais, mormente aqueles insculpidos no Planejamento Estratégico 2010/2014.

a) Ações Ambientais

•DEFLAGRAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (Prot. TRT nº 1660/2010) VISANDO A EXTENSÃO DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS AO FÓRUM IRENEO JOFFILY (1ª a 5ª Varas de Campina Grande). Por intermédio do Memo TRT/AGE/CPGAM Nº 005/2010, de 02/02/2010, o Presidente da Comissão fossem deflagrados os procedimentos administrativos inerentes à aquisição dos coletores de lixo (orgânico, inorgânico, papel e plástico) em quantitativo suficiente ao atendimento das necessidades do Fórum referenciado. Os coletores foram disponibilizados pelo Serviço de Material e Patrimônio na segunda quinzena de setembro/2010, mas só puderam ser encaminhados a Campina Grande em novembro/2010, após o processo eleitoral, haja vista a requisição dos veículos deste Regional pela Justiça Eleitoral.

•REALIZAÇÃO DA I PESQUISA SOCIOAMBIENTAL DO TRT 13ª REGIÃO, COM RESULTADO DISPONIBILIZADO NO LINK GESTÃO AMBIENTAL, NO PORTAL DA GESTÃO ESTRATÉGICA. Foi formatada pesquisa socioambiental, disponibilizada na Intranet no período de 27/07 a 11/08/2010, com o objetivo de colher subsídios para projetos internos, bem como para o I Simpósio de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, que ocorreu no conselho Superior da Justiça do Trabalho (Brasília/DF), no dias 18 e 19/08/2010.

•DEFLAGRAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (Prot. TRT nº 13.734/2010), SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE VOLUME DE PAPEL SEM USO NO ESTOQUE DO ALMOXARIFADO. Em diligência informal do servidor Rodolpho de Almeida Eloy, membro da Comissão, ao Núcleo de Almoxarifado do Tribunal, foi constatada a existência de um considerável volume de papel tipo carta personalizada, formulário contínuo, timbrado, que há muito tempo deixou de ser usado neste Regional, posto que servia para impressoras do tipo "matricial". Ainda segundo observações feitas *in loco,* identificados em que o último pedido data do ano de 1997. o risco de que este papel sofresse deterioração a ponto de se tornar inservível até mesmo para reciclagem, além da ocupação de extenso e precioso espaço físico, o presidente da Comissão, intermédio do Memo TRT/AGE/CPGAM Nº 032/2010, de 03/08/2010, indagou ao diretor do Serviço de Material e Patrimôniosobre a possibilidade de se realizar um levantamento do quantitativo exato desse material, com o objetivo de se estudar sugestões para uma destinação adequada, pautada nos princípios da sustentabilidade e da preservação ambiental.

•APRESENTAÇÃO DE PALESTRA NA SEMANA DA SAÚDE, QUALIDADE E MEIO AMBIENTE COM O TEMA: RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, O TRT NO CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE". Foi apresentada palestra pelo servidor Rodolpho de Almeida Eloy, no dia 26/08/2010, com o tema "Responsabilidade Socioambiental, o TRT no caminho da sustentabilidade", como parte das atividades da XI Semana.

• IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE COLETA DE PILHAS E BATERIAS (PAPA-PILHAS) NO FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO. Durante as atividades finais da XI Semana da Saúde, Qualidade e Meio Ambiente, no dia 27/08/2010, deu-se a implantação de um coletor de pilhas e baterias, com apresentação de palestra específica pelo servidor Rodolpho de Almeida Eloy.

• IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS NO FÓRUM IRINEU JOFFILY, EM CAMPINA GRANDE/PB. Em 17/11/2010, foi implantada a coleta seletiva de resíduos no Fórum Irineu Joffily (Campina Grande/PB), com palestra apresentada pela Profª Drª Luíza Eugênia da Mota Rocha Cirne, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e exposição de arte de lixo reciclado, pelo artista plástico Guilherme Torres.

•IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE COLETA DE PILHAS E BATERIAS (PAPA-PILHAS) NO FÓRUM JOSÉ CARLOS ARCOVERDE NÓBREGA, EM SANTA RITA/PB. Durante as atividades de inauguração da Área de Integração do Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega (Santa Rita/PB), no dia 16/12/2010, foi efetuada a instalação de um coletor de pilhas e baterias (papa-pilhas), com apresentação de palestra específica pelo servidor Rodolpho de Almeida Eloy.

b) Medições Realizadas

Como resultado dos programas de coleta seletiva de resíduos e de pilhas e baterias, o TRT 13ª Região remeteu para reciclagem os materiais e quantitativos contidos na tabela abaixo.

MATERIAL	UNIDADE PREDIAL		
	TRT sede + FMF*	TRT sede	
Plástico e papel	-	800 kg	
Pilhas e baterias	82 kg	-	

*Forum Maximiano Figueiredo
Obs.: As pesagens foram realizadas pelos Serviços Gerais.

1.2.7.Da Administração e Pagamento de Pessoal

Este item tem como objetivo precípuo apresentar, de forma sucinta, os principais trabalhos realizados pelo Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal - SAPPE, no decorrer do exercício de 2010. É importante registrar que as atribuições inerentes a este Serviço são divididas em três frentes, quais sejam: Coordenadoria de Cadastro de Pessoal, Coordenadoria de Folha de Pagamento e Núcleo de Administração de Benefícios.

1.2.7.1. Coordenadoria de Folha de Pagamento

Foram processadas durante o exercício de 2010 doze (12) folhas normais de pagamentos a magistrados e servidores, ativos e inativos, pensionistas e requisitados, envolvendo um contingente (em dezembro/2010) de 1.334 (um mil, trezentos e trinta e quatro) magistrados/servidores. Este trabalho compreende a triagem de documentos, cálculos, digitação de dados, recebimento e remessa de processos, seleção de relatórios financeiros para recolhimento de obrigações tributárias, contribuições previdenciárias e sociais, relatórios mensais de consignatários referente a 33 (trinta e três) entidades cadastradas, remessa de relatórios ao Ordenador de Despesas, à Secretaria de Planejamento e Finanças e à rede bancária, concluindo com o envio de contracheques através de correspondência eletrônica e remessa do processo à Secretaria de Controle Interno.

Também foram processadas 68 (sessenta e oito) Folhas Suplementares de pagamentos a magistrados e servidores ativos e inativos, pensionistas e requisitados, além dos desvinculados, sendo incluídos nessa categoria os ex-servidores, ex-juízes classistas e ex-requisitados, envolvendo tarefas similares às dispendidas quando da confecção da folha normal.

O valor total bruto dessas Folhas de Pagamentos (incluindo contribuição previdenciária-patronal), importou em **R$ 273.206.036,20** (duzentos e setenta e três milhões, duzentos e seis mil, trinta e seis reais e vinte centavos).

Foram elaborados 12 (doze) Relatórios de Acompanhamento de Desembolso Mensal com Pessoal (ADMP), com remessa à Secretaria de Planejamento e Finanças, com as devidas explicações quanto às alterações quantitativas físico-financeiras, quando havidas.

A fim de atender às demandas da Advocacia Geral da União, Tribunal de Contas da União e Justiça Federal, foram prestadas informações relativas às situações financeiras dos magistrados, servidores ativos e inativos, pensionistas e requisitados, tais como fichas financeiras, processos de ressarcimento ao erário , cumprimento de decisões, entre outras.

De igual modo, foram realizados os procedimentos atinentes à preparação de relatórios para entrega da DIRF/2010 referentes às retenções de imposto de renda efetuadas sobre os pagamentos a magistrados e servidores, ativos e inativos e pensionistas do TRT-13ª Região no exercício de 2009, como também a disponibilização dos respectivos comprovantes na intranet.

Foram preparados e conferidos os relatórios para entrega da RAIS-Relação Anual de Informações Sociais, referentes aos pagamentos a magistrados e servidores deste Tribunal, no exercício de 2009, bem como de 25 (vinte e cinco) guias de Informação à Previdência Social – GEFIP, originais e retificadoras, com remessa de arquivo SEFIP.

1.2.7.2. Coordenadoria de Cadastro de Pessoal

Coube à equipe da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal os procedimentos relativos à manutenção e atualização do cadastro de pessoal, através do Sistema MENTORH; manutenção do acervo de documentos funcionais dos servidores e seus processos administrativos com revisão do arquivo de pessoal e dos assentamentos funcionais; registros na fé-de-ofício e publicações no Boletim Interno dos processos de competência do cadastro de pessoal.

Atividades relativas ao controle da frequência, afastamentos, remoções, além dos procedimentos atinentes à escala de férias e suas alterações/interrupções, bem como controle dos dependentes de servidores para fins de imposto de renda retido na fonte e atendimento médico-odontológico prestado pelo Serviço de Saúde.

Acompanhamento e controle dos servidores cedidos, requisitados, removidos e sem vínculo; das funções comissionadas, dos cargos em comissão e dos cargos efetivos (vagos e ocupados).

Cadastramento das substituições de cargos e funções comissionadas.

Manutenção e cadastro de inativos e pensionistas, elaboração de planilhas e mapas de tempo de contribuição, controle de beneficiários do abono de permanência.

Elaboração de relatórios estatísticos mensais, bimestrais e anuais, certidões e

declarações diversas, além de atendimento às solicitações do CNJ, CSJT e TST.

1.2.7.3. Núcleo de Administração de Benefícios

Compete ao Núcleo de Administração de Benefícios informar e instruir processos referentes aos benefícios de auxílio-transporte e assistência pré-escolar, bem como administrar os contratos de prestação de serviços entre o TRT 13ª Região e a Cooperativa de Trabalho Médico de João Pessoa - UNIMED -, e o Sistema Nacional de Cooperativas Odontológicas – UNIODONTO.

a) Benefício de Auxilio Transporte

Durante o exercício de 2010 foram executados os seguintes serviços: recebimento e checagem dos bilhetes de passagem encaminhados pelos servidores que utilizam o transporte intermunicipal; envio à Coordenadoria Folha de Pagamento de relação com os nomes dos servidores beneficiários do auxílio-transporte (urbano e intermunicipal); preparação de pareceres diversos, memorandos e ofícios.

AUXÍLIO-TRANSPORTE URBANO

JAN/10	FEV/10	MAR/10	ABR/10	MAI/10	JUN/10	JUL/10	AGO/10	SET/10	OUT/10	NOV/10	DEZ/10
02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	01	02

AUXÍLIO-TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

JAN/10	FEV/10	MAR/10	ABR/10	MAI/10	JUN/10	JUL/10	AGO/10	SET/10	OUT/10	NOV/10	DEZ/10
02	02	02	03	02	03	02	03	02	03	03	01

b) Benefício de Assistência Pré-Escolar

Encaminhamento a seção de folha de pagamento dos requerimentos de inscrição e da relação dos prescritos; lançamento das inclusões e prescrições no MENTORH; arquivamento no SUAP e na pasta dos servidores, do requerimento de inscrição, além da preparação de pareceres diversos, memorandos e ofícios.

MOVIMENTO – JANEIRO/ DEZEMBRO/2010

COTAS											
JAN/10	FEV/10	MAR/10	ABR/10	MAI/10	JUN/10	JUL/10	AGO/10	SET/10	OUT/10	NOV/10	DEZ/10
172	171	165	167	168	168	169	166	164	161	157	157

c) Unimed

Preparação das planilhas com as movimentações de cada mês (inclusão, exclusão, 2ª via de cartão e alterações diversas); encaminhamento à UNIMED de efetivação das movimentações passadas para as planilhas; lançamento das movimentações solicitados pelos servidores/magistrados e pensionistas no MENTORH e no SUAP; distribuição dos cartões UNIMED; conferência da fatura enviada pela UNIMED; conferência das consignações, encaminhadas pela Coordenadoria de Folha de Pagamento; relatório dos prescritos: levantamento mensal dos servidores com filhos,

dependentes legais, entre 21 e 24 anos de idade, para solicitar declaração atualizada de que são estudantes; arquivamento, na pasta dos servidores, dos requerimentos de movimentação; preparação de pareceres diversos, memorandos e ofícios; preparação de certidões e declarações solicitadas pelos servidores.

MOVIMENTAÇÃO - JANEIRO/DEZEMBRO 2010

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
DEP LEGAL	2803	2796	2781	2784	2776	2765	2736	2735	2731	2730	2733	2729
DEP FACULTATIVO	2071	2074	2077	2077	2092	2084	2123	2120	2125	2120	2119	2123
TOTAL DE USUÁRIOS	4874	4870	4858	4861	4868	4849	4859	4855	4856	4850	4852	4852

d) Uniodonto

Preparação das planilhas com as movimentações de cada mês (inclusão, exclusão, transferências e alterações diversas); lançamento das movimentações solicitados pelos servidores/magistrados e pensionistas no SUAP; conferência da fatura enviada pela UNIODONTO e remessa à Seção de Consignação; conferência das consignações, encaminhadas pela Seção de Consignação; arquivamento no SUAP e na pasta dos servidores dos requerimentos de movimentação; preparação de pareceres diversos, memorandos e ofícios.

MOVIMENTO – JANEIRO/DEZEMBRO 2010

TOTAL DE USUÁRIOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	654	651	657	662	666	667	675	686	707	708	707	709

1.2.7.4. Outras Atividades Especiais

a) Parcela Autônoma de Equivalência - PAE

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através do ATO Nº 110/2008, concedeu aos magistrados de primeiro e segundo graus do direito aos efeitos da decisão proferida em 1° de julho de 2008 pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido do reconhecimento à percepção de diferenças remuneratórias decorrentes do recálculo da parcela autônoma de equivalência (Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992), em face da inclusão do auxílio-moradia, no período compreendido entre setembro de 1994 e dezembro de 1997, com atualização monetária, até 26/10/2000, pela variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR e, a partir dessa data, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE, acrescidos de juros de mora.

Ocorre que, após tal ato, não se localizaram neste Tribunal, orientações emanadas do CSJT acerca dos procedimentos de ordem operacional que deveriam ser levados a cabo pelos setores técnicos encarregados da preparação do pagamento do presente passivo.

Assim sendo, buscando apoio em setores da Justiça Federal, obtivemos acesso a cópias de peças do processo administrativo n° 2006160031, que tramitou no âmbito do Conselho da Justiça Federal e precedeu os pagamentos da espécie efetuados aos magistrados daquela Justiça.

Foram elaboradas planilhas seguindo as orientações repassadas pelo Conselho da Justiça Federal para todos os Tribunais Regionais Federais e demais Seções Judiciárias, o que não satisfez a categoria, visto que para o cálculo dos valores devidos foi utilizado o teto de **R$ 8.000,00** (oito mil reais) ao invés de **R$ 11.000,00** (onze mil reais).

Desse modo, foi necessário que se procedesse ao recálculo dos valores devidos aos magistrados, com a elaboração de novas planilhas, encaminhamento destas aos interessados, bem como novo pedido de repasse ao CSJT para a satisfação dos débitos.

b) Passivos de URV

Também durante o exercício de 2010, graças à lotação neste Serviço de um servidor da área de Tecnologia da Informação, que elaborou um programa específico, foi possível a unificação das bases de pagamento e a disponibilização para os magistrados e servidores, ativos, inativos, pensionistas e desvinculados, dos valores devidos e pagos a título de URV.

É fato bastante conhecido neste Tribunal, que durante muitos anos os pagamento de passivos da URV eram autorizados pelo dirigente do órgão mediante diversos critérios. Também é do conhecimento geral que para se fazer face aos pagamentos eram utilizados saldos orçamentários insuficientes para satisfação dos débitos, gerando um desconhecimento por parte dos credores dos valores pagos e devidos.

Com a elaboração das planilhas e o grande esforço da equipe, que abriu mão das horas de descanso e dos finais de semana, conseguimos obter e disponibilizar as quantias devidas e pagas a cada um, além de efetivamente proceder ao pagamento de uma parcela dentro dos recursos disponíveis.

c) Reestruturação das funções comissionadas.

Em virtude do cumprimento do disposto na Resolução nº 63 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, procedeu-se um grande reformulação em todas as áreas deste Tribunal, no que diz respeito à reestruturação das funções comissionadas e criação de novas unidades.

Poucos meses antes já havia sido feita uma reestruturação em parte da área judiciária do Tribunal, com a extinção de alguns setores e criação de outros, a exemplo das Secretarias de 1ª e 2ª Turmas.

Estas mudanças embora pertinentes e necessárias, acarretaram um considerável volume de trabalho, demandando enorme esforço por parte dos servidores deste Serviço.

1.2.8. <u>Considerações Finais</u>

Este relatório teve o objetivo de apresentar a gestão de recursos e orçamento nas principais atividades realizadas no TRT da 13ª Região, seja na área judiciária ou administrativa, no ano de 2010.

Considerando que a atividade fim deste Regional é a prestação jurisdicional à sociedade paraibana, foi dada ênfase à atividade judiciaria, ficando demonstrado que a atuação da Justiça Trabalhista no estado da Paraíba, foi bastante significativa em 2010, para comprovar tal assertiva basta verificar os dados obtidos na solução das lides postas à sua apreciação.

Ressaltando, porém, que, embora não tenha havido um significativo aumento no numero de processos, todas as ações foram orientadas com o objetivo de viabilizar uma expressiva solução nas demandas, sempre buscando a excelência na atuação das Unidades Judicantes e do Colegiado, proporcionando a efetividade e celeridade da prestação jurisdicional, observado a razoável duração do processo e aplicando de forma estritamente legal os recurso envolvidos.

As estatísticas apresentadas, reafirmam a posição de destaque alcançada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região no cenário nacional, nos dando a certeza de que a missão institucional do TRT13 vem sendo desenvolvida de modo condizente com a responsabilidade social e em estrita obediência ao processo legal.

O relatório, também, enaltece e comprova os enormes avanços atingidos, particularmente, no que diz respeito ao Processo Eletrônico, onde o TRT13 se tornou o primeiro tribunal do país totalmente informatizado, seja nos processos judiciais ou administrativos. Qualquer tramitação processual, em qualquer Vara do Trabalho da Paraíba ou na segunda instância, na sede

do Regional, se dá, desde novembro de 2010 por meio eletrônico. Esse fato é motivo de satisfação e alegria para todos que fazem o TRT da 13ª Região e tem sido motivo de ampla divulgação no cenário nacional.

Destaca, ainda, o relatório, de forma clara, todas as ações administrativas desenvolvidas no transcorrer do exercício financeiro em relato, a declaração do contador da regularidade das verbas utilizadas, o efetivo controle de todas as ações da Secretaria de Controle Interno – SCI e a preocupação sempre crescente na melhor utilização do orçamento.

João Pessoa, 30 de março de 2011.

PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO

Desembargador Presidente

GLAUCO DA SILVA CAMPOS

Diretor Geral da Secretaria

ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

2.1.Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:	**Denominação:**					
Tipo do Programa:						
Objetivo Geral:						
Objetivos Específicos:						
Gerente:		**Responsável:**				
Público Alvo:						

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99

Fórmula de Cálculo do Índice
Texto ...
Análise do Resultado Alcançado
Texto ....

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99

Fórmula de Cálculo do Índice
Texto ...
Análise do Resultado Alcançado
Texto ....

Fonte:

2.2.Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
02	061	0571	4256	ATIVIDADE	PROCESSO JULGAGO	UNIDADE	28.000,00	34.650,00	34,020,00
02	061	0571	4224	ATIVIDADE	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	350,00	428,00	352,00
02	301	0571	2004	ATIVIDADE	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	2.863,00	2.729,00	2.852,00
02	365	0571	2010	ATIVIDADE	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE	180,00	157,00	206,00
02	306	0571	2012	ATIVIDADE	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	1.027,00	1.114,00	1.043,00
02	331	0571	2011	ATIVIDADE	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	6,00	3,00	6,00
02	123	0571	4091	ATIVIDADE	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	350,00	290,00	700,00
02	122	0571	10WT	PROJETO	FORUM CONSTRUIDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	9,00	3,09	21,00
..	...	...	...	...		...	...	...	...

2.3.Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999
	99999	999999

2.4.Programação de Despesas Correntes

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		241.654.745,00	235.972.885,00			17.861.012,00	20.583.886,00
	PLOA		241.654.745,00	235.972.885,00			17.861.012,00	20.583.886,00
	LOA		241.654.745,00	235.972.885,00			17.861.012,00	20.583.886,00
CRÉDITOS	Suplementares		3.612.400,00	20.227.243,00			2.023.600,00	-
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		-	-			-	595.000,00
Outras Operações								
Total			245.267.145,00	256.200.128,00			19.884.612,00	19.988.886,00

Fonte: SPF

2.5.Programação de Despesas Capital

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		2.650.000,00	3.316.000,00				
	PLOA		2.650.000,00	3.316.000,00				
	LOA		2.650.000,00	3.316.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares		-	2.145.000,00				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			2.650.000,00	5.461.000,00				

Fonte:SPF

2.6.Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		259.515.757,00	256.556.771,00	2.650.000,00	3.316.000,00		
	PLOA		259.515.757,00	256.556.771,00	2.650.000,00	3.316.000,00		
	LOA		259.515.757,00	256.556.776,00	2.650.000,00	3.316.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		5.636.000,00	20.227.243,00	-	2.145.000,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			595000				
Outras Operações								
Total			265151757	276189014	2650000	5461000		

Fonte: SPF

2.7.Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	080017	02126057150930001			22.500,00
	Recebidos	080017	0212605712C730001			89.016,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	080017	02126057150930001	703.230,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SPF

2.8.Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	1982136,65	734.621,02	1.982.136,65	734.621,02
Concorrência	1351912,79	3.000.000,00	1.351.912,79	3.000.000,00
Pregão	7781984,63	9.909.139,96	7.781.984,63	9.909.139,96
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	308507,64	314.646,10	308.507,64	314.646,10
Inexigibilidade	1602095,13	1.522.961,80	1.602.095,13	1.522.961,80
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	13753,36	12.914,45	13.753,36	12.914,45
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	238.410.742,30	253.310.352,22	238.410.742,30	253.310.352,22
Diárias	368.274,36	436.973,66	368.274,36	436.973,66
Outros	**12.240.165,35**	**9.508.251,11**	**12.240.165,35**	**9.508.251,11**

Fonte: SPF

2.7.Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
31.90.11	171.190.296,57	172.673.988,91	171.190.296,57	172.673.988,91			171.190.296,57	172.673.988,91
31.91.13	32.901.058,85	32.997.192,79	32.901.058,85	32.997.192,79			32.901.058,85	32.997.192,79
31.90.01	15.330.594,28	16.406.132,65	15.330.594,28	16.406.132,65			15.330.594,28	16.406.132,65
Demais elementos do grupo	21.689.028,73	31.233.037,87	21.511.923,23	30.588.235,94	177.105,50	644.801,93	21.511.923,23	30.588.235,94
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
33.90.46	7.231.576,63	7.168.962,11	7.231.576,63	7.168.962,11			7.231.576,63	7.168.962,11
33.90.39	7.366.094,77	6.890.524,85	5.951.719,55	5.152.560,22	1.414..375,22	1.737.964,63	5.950.494,85	5.152.560,22
33.90.37	1.624.980,59	1.899.722,40	1.552.753,53	1.698.693,57	72.227,06	201.028,83	1.552,753,53	1.698.693,57
Demais elementos do grupo	3.454.891,59	4.019.298,74	553.140,32	2.974.874,03	2.901.751,27	1.044.424,71	553.140,32	2.974.874,03

Fonte: SPF

2.10.Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
44.90.51	1581111,87	3000000	185599,08	516160,8	1.395.512,79	2.483.839,20	185.599,08	516.160,80
44.90.52	1045513,17	2461000	513896,6	1066962,14	531.616,57	1.394.037,86	513.896,60	1.066.962,14
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SPF

2.11. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	473.890,00	-	473.890,00	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	222.735,16	725.730,00	222.735,16	725.730,00
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	44.508,00	84.063,92	44.508,00	84.063,92
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-

Fonte: SPF

2.12.Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
33.90.39	96.708,00	84.063,92	36.436,49	50.928,84	60.271,51	33.135,08	36.436,49	50.928,84
33.90.35	-	22.500,00	-	22.500,00	-	-	-	22.500,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.13.Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
44.90.52	644.425,16	440.550,00	230.309,16	-	414.116,00	440.550,00	230.309,16	-
44.90.39	-	262.680,00	-	262.680,00	-	-	-	262.680,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SPF

ITEM 3 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

3.1.Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	**Denominação**				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/ CPF)**	**Saldo Final em 31/12/2009**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2010**
Razões e Justificativas: A UG não se enquadra nesta situação por insuficiência de crédito					

Fonte:

ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

4.1. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2010**
2009				
2008				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2010**
2009	4.565.459,05	279.627,83	4.254.726,08	31.105,14
2008	3.875.834,38	2.443.943,90	1.431.890,48	-
...				
Observações:				

Fonte: SPF/SIAFI 2010

ITEM 5 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

5.1.Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos		**67**		
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		920	4	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		14	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		49	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		19	0	0
1.4.2 Removidos		34	0	0
1.4.3 Licença remunerada		0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada		0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		65	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		11	0	0
2.2.4 Sem vínculo		8	0	0
2.2.5 Aposentado		0	0	0
2.3 Funções gratificadas				

2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		651	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas		87	0	0
3 Total		1342	4	3

Fonte:SAPPE

5.2.Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação

apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	**2**	**18**	**32**	**8**	**7**
1.2. Servidores de Carreira	**33**	**71**	**497**	**264**	**51**
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	2	14	3	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	12	48	12	11

2.3. Funções gratificadas	**33**	**74**	**402**	**189**	**40**

Fonte: SAPPE

5.3.Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos						**63**	**3**		**1**
1.2. Servidores de Carreira	**6**	**2**	**10**	**34**	**213**	**244**	**394**	**14**	**2**
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					4	15			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				1		82	1		
2.3. Funções gratificadas		**3**	**3**	**22**	**187**	**522**	**1**		

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte:SAPPE

5.4.Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	35	2
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	14	
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	11	
2.2 Compulsório	7	1
2.3 Invalidez Permanente	2	1
2.4 Outras		

Fonte:SAPPE

5.5.Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	26	4
2. Proporcional	40	5

Fonte:SAPPE

5.6.Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
• Área Fim	25	17	37	37	R$ 187.295,89
• Área Meio					
Nível Médio					
• Área Fim					
• Área Meio					

Fonte:SEGEPE

5.7.Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	18796771.44	0	9306.36	0	142681.36	0	3247602.89	22196362.05
2009	19860373.4	0	9306.36	0	185527.63	7390.5	2822851.31	22885449.2
2010	21231140.33	0	9306.36	0	259631.21	65800	8159196.7	29725074.6
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	81182977.88	12352800.09	3334558.89	711017.8	517181.63	3965746.44	8821708.4	110885875.52
2009	83530463.36	13439632.23	3389319.74	1431263.96	128165.4	4501484.26	7402504.64	113822833.59
2010	81737983.96	13295595.37	3283272.49	1705818.04	121681.54	4985623.77	8266064.8	113623526.38
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	2983060.45	469.37	124164.01	10052.39	1327.55	68287.9	165138.4	3352500.07
2009	3146067.66	133.46	146435.18	23834.19	2022.92	116437.19	142833.39	3577763.99
2010	2450142.78	0	126654.28	38125.21	855.82	109263.79	157566.84	2882608.72

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	9402837.7	5673297.53	340646.84	122473.8	96335.62	463139.58	3235970.08	19345443.79
2009	10380224.57	6767717.85	382333.02	243892.75	56003.54	550567.42	3529944.92	21910684.07
2010	10410545.77	6756605.51	374498.6	298415.27	77928.36	611010	3953825.24	22529336.42
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	81215057.54	14087347.47	3334558.89	711271.29	572865.41	4227446.04	9267866.92	113416297.95
2009	83550990.52	15389444.28	3389319.74	1431263.96	155712.94	4798809.12	7735475.61	116451016.17
2010	81761037.12	15404187.61	3283272.49	1705818.04	141680.45	5313083.77	8673283.61	116511045.2

Fonte: SAPPE

5.8.Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO														
UG/Gestão:080005/00001				**CNPJ: 02.658.544/0001-70**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2004	L	O	**19/2004**	**05.413.899/0001-98**	**01/09/2004**	**31/05/2010**							E
2006	V	O	**24/2006**	**03.943.091/0001-97**	**06/08/2006**	**31/01/2011**							A
2010	L	O	**14/2010**	**24.217.010/0001-41**	**01/06/2010**	**31/05/2011**							A
Observação:														
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte:CCL/SADM

5.9.Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO														
UG/Gestão:080005/00001				**CNPJ:02.658.544/0001-70**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	7	O	**06/2010**	**11.370.316/0001-91**	**26/01/2010**	**25/01/2011**							A
Observação:														
LEGENDA **Área:** 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;														

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:CCL/SADM

5.10. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
TRT - 19/2004	**2,3,7**	**54**	**Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**
TRT - 24/2006	**8**	**34**	**Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**
TRT - 06/2010	**9**	**2**	**Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**
TRT - 14/2010	**2,3,7**	**56**	**Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: CCL/SADM

ITENS 7 e 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 INSERTAS NO ANEXO, ITENS 1 E 2, RESPECTIVAMENTE.

ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

9.1.Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**x**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**x**
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**x**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			**x**		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**x**
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**x**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**x**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					**x**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**x**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**x**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**x**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**x**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**x**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**x**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					**x**
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	**x**				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**x**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque					**x**

e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**x**	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**x**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**x**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					**x**
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**x**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**x**
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					**x**
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					**x**
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**x**

Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				

Considerações gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplica no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fontes: SCI/AGE/SCS/STI

ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	**X**				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				**X**	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				**X**	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? ISO					**X**
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					**X**
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? PAPEL					**X**
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					**X**
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			**X**		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					**X**

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					**X**
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					**X**
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?					**X**
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?PALESTRAS, ATOS NORMATIVOS, FOLDER'S					**X**
Considerações Gerais:					
LEGENDA **Níveis de Avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ITEM 11 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

11.1.Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	AREIA	1	1
	CAJAZEIRAS	1	1

	CAMPINA GRANDE	**2**	**2**
	CATOLÉ DO ROCHA	**1**	**1**
	GUARABIRA	**1**	**1**
	ITABAIANA	**1**	**1**
	ITAPORANGA	**1**	**1**
	JOÃO PESSOA	**5**	**5**
	MAMANGUAPE	**1**	**1**
	MONTEIRO	**1**	**1**
	PATOS	**1**	**1**
	PICUÍ	**1**	**1**
	SANTA RITA	**1**	**1**
	SOUSA	**1**	**1**
Subtotal Brasil		**19**	**19**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Σ**	**Σ**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	**Σ**	**Σ**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		**Σ**	**Σ**
Total (Brasil + Exterior)		**Σ**	**Σ**

Fonte:SADM

11.2.Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		**QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ**	
		EXERCÍCIO 2009	**EXERCÍCIO 2010**
BRASIL	**PARAIBA**		
	JOÃO PESSOA – Fórum	**1**	
Subtotal Brasil		**1**	
EXTERIOR			
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		**1**	

Fonte:SADM

11.3.Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
AREIA/PB	1921.000 05.500-5	PRÓPRIO	BOM	R$ 5.207,95	19/05/04			
CAJAZEIRAS/PB	1975.002 83.500-7	PRÓPRIO	BOM	R$ 131.879,50	24/08/04			
CAMPINA GRANDE/PB	1981.000 35.500-2	PRÓPRIO	BOM	R$ 1.448.026,02	20/04/04			
CAMPINA GRANDE/PB	1981.000 71.500-9	PRÓPRIO	BOM					
CATOLÉ DO ROCHA/PB	1987.000 02.500-1	PRÓPRIO	BOM	R$ 23.934,24	27/08/04			
GAURABIRA/PB	2027.000 14.500-1	PRÓPRIO	BOM	R$ 147.457,13	12/07/04			
ITABAIANA/PB	2039.000 07.500-7	PRÓPRIO	BOM	R$ 134.554,84	27/08/04			
ITAPORANGA/PB	SEM CADASTRO	PRÓPRIO	BOM					
JOÃO PESSOA/PB	2051.001 78.500-7	PRÓPRIO	BOM	R$ 603.163,52	02/01/01			
JOÃO PESSOA/PB	2051.002 29.500-3	PRÓPRIO	TERRENO	R$ 123.318,01	20/12/06			
JOÃO PESSOA/PB	SEM CADAST	PRÓPRIO	BOM					

	RO							
JOÃO PESSOA/ PB	**2051.001 70.500-3**	**PRÓPRIO**	**BOM**					
JOÃO PESSOA/ PB	**SEM CADASTRO**	**COMODATO**	**BOM**					
MAMANGUAPE /PB	**2079.000 44.500-8**	**PRÓPRIO**	**BOM**					
MONTEIRO/PB	**2095.000 11.500-0**	**PRÓPRIO**	**BOM**	**R$ 135.322,87**	**27/08/04**			
PATOS/PB	**2117.000 15.500-6**	**PRÓPRIO**	**BOM**	**R$ 130.421,70**	**31/08/04**	**R$ 275.819,48**		
PICUÍ/PB	**2129.000 02.500-9**	**PRÓPRIO**	**BOM**	**R$ 130.888,05**	**07/02/02**			
SANTA RITA/PB	**SEM CADASTRO**	**PRÓPRIO**	**BOM**					
SOUSA/PB	**2225.007 41.500-0**	**PRÓPRIO**	**BOM**	**R$ 131.142,04**	**30/08/04**	**R$ 266.264,53**		
Total							**Σ**	**Σ**

Fonte:SADM

ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

12.1. Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					X
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	35				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0,00%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua					

minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

ITEM 13 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 INSERTAS NO ANEXO ITEM 3.

ITEM 15 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

15.1.Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 2010

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	TC nº 475.164/1996-2			Diligência	**Ofício nº 110/2010 TCU/SECEX-PB de 09/02/2010**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
1)Relação de servidores que receberam auxílio-alimentação entre 1995 a 2009. 2)Verificar pagamento de gratificação a Roberto Adamastor. 3)verificar existência de complementação para integralização de DAS referente a quintos transformado em décimos por liminar em mandado de segurança por juiz do TRT. 4) verificar existência redução 6% INSS 5) verificar cessão de pessoal					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal					
Síntese da providência adotada:					
Cumprido (Protocolo TRT nº 02591/2010) – OF.TRT.SGP.nº 148/2010 de 30/03/2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
02				Diligência	**Ofício nº SEFIP-D/803 de 08/09/2010**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
Cópia dos contracheques atuais dos instituidores de pensão					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal					
Síntese da providência adotada:					
Cumprido - OF TRT SCI 02/2010 em 23/09/2010 e por e-mail.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
03					**Ofício SEFIP-D/1034**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
Cópia da portaria de aposentação de Sônia Galvão de Campos e mapa de tempo de serviço					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal					
Síntese da providência adotada:					
Cumprido. OF TRT SCI 03/2010 em 26/10/2010					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
04		Acordão 7311/2010-TCU-1ª Camara de 09/11/2010, Ata 38/2010	1.5.1	Controle	**Controle: 25679 TCU/ Sefip de 23/11/2010**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
novo ato aposentadoria no SISAC corrigido em 13/12/2010					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal					
Síntese da providência adotada:					
Cumprido - corrigido em 13/12/2010					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
05					**OF Circ 0521 SEFIP de 03/11/2010**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
Forma de pgto VPI nas aposentadorias e pensões – forma proporcional					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal					
Síntese da providência adotada:					
Cumprido - **Of SCI nº 004/2010 de 22/11/2010**					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
06	**TC 018.213/2008-5**	**Acórdão 1.799/2010 – 2ª Câmara em 27/04/2010**		Comunicação/Julgamento de	**Ofício 0565/2010 de 10/05/2010**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
Dar conhecimento da deliberação aos responsáveis.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Cumprido					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Protocolo TRT 9041/2010 – Apontado conflito nas decisões constantes nos Acórdãos - Of. TRT SGP nº 295/2010 de 31/05/2010 indagando qual posicionamento do TCU para que não haja por parte do TRT qualquer descumprimento de decisões conflituosas. Aguardando resposta ao Ofício expedido.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
07	TC 005.416/2000-5	5586/2010 de 28/09/2010 – 2ª Câmara	1.2	Comunicação/Julgamento de Contas	**OF 1358/2010 TCU-SECEX PB de**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
Dar ciência aos responsáveis arrolados das contas aprovadas com ressalvas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Protocolo TRT 22792/2010 - Cumprido					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2.Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 2010

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01		Acórdão 663/2009 – Plenário		Comunicação de decisão	**Ofício 0495/2009 TCU SECEX PB de 27/05/2009**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
Auditoria na STI					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código**

	SIORG
Secretaria de Tecnologia da Informação	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Informado na TCA 2009 - Protocolo TRT 4553/2010 – Aguardando providências da STI para o efetivo cumprimento.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Muitas providências a serem adotadas que dependem principalmente de orçamento	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
02					**Ofício Circular nº 500/2010 SEFTI de 14/10/2010**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Descrição da Deliberação:					
Resultado do Questionário Perfil Governança TI 2010					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Secretaria de Tecnologia da Informação					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Protocolo TRT 21058/2010 – Sobrestado. Aguardando treinamento de servidores					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Muitas providências a serem adotadas que dependem principalmente de orçamento					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
03	**TC 475.100/1995-6**	Acórdão 6698/2009 – 2ª Câmara de 08/12/2009 apostilado pelo	9.5 e 9.7	Comunicação	**Ofício nº 0394/2010 de 14/04/2010**

		acórdão nº 1168/2010 TCU – 2ª Câmara de 23/03/2010.			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	

Descrição da Deliberação:

9.5. determinar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, que o Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região, caso o responsável não atenda às respectivas notificações, efetue o desconto parcelado das dívidas nos vencimentos do Sr. Severino Marcondes Meira, observados os limites previstos na legislação pertinente;

9.7. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região que efetue o desconto parcelado dos seguintes valores nos vencimentos do Sr. Max Mendonça Meira, observados os limites previstos na legislação pertinente, atentando para a atualização monetária das quantias indicadas, a partir das datas discriminadas, na forma da lei:

Data Valor Original CR$

25/05/1994 4.755.576,05

30/06/1994 19.387.500,00

Dar conhecimento aos demais arrolados.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal	

Justificativa para o seu não cumprimento:

Suspenso conforme Protocolo TRT 7547/2010

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Aguardando Pronunciamento do TCU

15.3.Relatório de cumprimento das recomendações do OCI no exercício de 2010

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01			

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	

Descrição da Recomendação:

Recomendação ao Gabinete do Diretor Geral da Secretaria do TRT que envie Memorando Circular para todas as unidades deste tribunal, orientando aos servidores que desejem fazer cursos presenciais, não custeados pelo tribunal,

a requererem o afastamento para participação no curso, na forma legalmente prevista na Lei n. 8112/90, art. 102, IV, c/c art. 16, § 2º, do Ato TRT GP n. 28/2008.
Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Gabinete do Diretor Geral da Secretaria do TRT	

Síntese da providência adotada:
Cumprido -Circular 002/2010
Síntese dos resultados obtidos
Enquadramento nas normas
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15.4.Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício - Não Há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			**80005**
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**JOÃO PESSOA/PB**	**Data**	**31/03/11**
Contador Responsável	**SALETIEL DIAS PAZ**	**CRC nº**	**4430/O-8**

ANEXO

1. ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010. (FONTE CCL/SADM)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

RANNIERY DOS SANTOS LEITE
Coordenadoria de Contratos e Licitações

2. ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010. (FONTES SAPPE/SCI).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Processo: TRT Nº 10529/2011
Interessado: Tribunal de Contas da União

Senhor Diretor Geral de Secretaria,

Atendendo solicitação de Vossa Senhoria, para fins de responder ao Ofício nº 0585/2011/SECEX-PB (protocolo TRT nº 10529/2011), informo que este Serviço solicitou através do OFÍCIO,CIRCULAR.TRT.SAPPE Nº 090/2010, cuja cópia segue anexa, não faltando nenhum servidor detentor de função comissionada ou cargo em comissão apresentar a citada declaração.

Após a recepção das mencionadas declarações, foram encaminhadas à Secretaria de Controle Interno para suas providências.

Em 23 de maio de 2011

Maurício Barbosa de Lira
Diretor do SAPPE

OFICIO.CIRCULAR.TRT.SAPPE Nº 090 /2010 João Pessoa, 19 de abril de 2010

Para: Varas do Trabalho, Centrais de Arquivo, Centrais de Mandados, Distribuição, Fóruns, Serviços, Núcleos

Assunto: Solicita cópia da declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda - exercício 2010, Ano Calendário 2009

Senhor Gestor,

Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.730, de 10/11/1993 e na Instrução Normativa TCU nº 05/94, de 10/03/1994, que estabelecem procedimentos sobre a obrigatoriedade da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, comunicamos a Vossa Senhoria que:

1) **TODOS OS SERVIDORES** lotados nessa Unidade que exerceram **Função Comissionada ou Cargo em Comissão**, no ano de 2009, por qualquer período, mesmo em caráter de substituição, deverão apresentar a este Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal, **impreterivelmente até o dia 17/05/2010, cópia da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda apresentada à Receita Federal, referente ao exercício de 2010, Ano-Calendário 2009;**

2) Nas CÓPIAS das Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda (Completas ou Simplificadas) deverão **constar** todas as suas páginas, inclusive, as não preenchidas e a do RECIBO de entrega, **legíveis, datadas e assinadas à tinta azul pelo declarante;**

3) Caso os bens estejam relacionados na declaração do cônjuge, apresentar também uma cópia desta;

4) Não serão aceitas cópias via **Fac-símile**;

5) Se os vencimentos não atingiram o teto fixado pela Receita Federal deverá ser apresentada declaração por escrito informando esta situação; **mencionando os bens existentes, valores e data de aquisição ou a sua inexistência** e anexando a Relação Anual de Rendimentos do TRT e no caso de servidores requisitados também Relação Anual de Rendimentos do Órgão de origem;

6) **O Superior Imediato do servidor e somente ele**, será responsável pelo recolhimento e remessa a este Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal, em caráter **RESERVADO**, das cópias das declarações, inclusive, as simplificadas, de TODOS OS SERVIDORES A ELE SUBORDINADOS, **conferindo-as e organizando-as em ordem alfabética, devendo relacionar no expediente em que for remetê-las a esta Unidade os nomes dos servidores, cujas declarações estão sendo encaminhadas;**

7) No caso do servidor subordinado deixar de apresentar cópia de sua declaração ao superior imediato por motivo de férias, licença, etc, este fato deverá ser informado a esta Secretaria no mesmo expediente em que forem remetidas as demais declarações;

8) A NÃO APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO ou a declaração dolosamente inexata implicarão em infração político-administrativa, crime funcional ou falta grave disciplinar, passível de perda do mandato, demissão do cargo, exoneração do emprego ou destituição da função, observada a legislação específica **(art. 3º, § único, "b" da Lei nº 8730/93, de 10.11.93);**

9) Solicitamos, por oportuno, a Vossa Senhoria **dar ciência**, de imediato, a todos os servidores lotados nessa Unidade, do inteiro teor do presente expediente.

Atenciosamente,

Maurício Barbosa de Lira
Diretor do SAPPE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Processo : TRT Nº 10.529/2011

Interessado : Tribunal de Contas da União

Senhor Diretor Geral de Secretaria,

Atendendo solicitação de Vossa Senhoria, para fins de responder ao Ofício nº 0585/2011/SECEX-PB (protocolo nº TRT nº 10.529/2011), informo que esta Secretaria de Controle Interno, através da Seção de Auditoria, analisou as declarações de imposto de Renda de servidores detentores de função comissionada ou cargo em comissão deste Regional, não tendo havido quaisquer inconsistências nas referidas declarações.

João Pessoa, 23 de maio de 2011

Caio Geraldo Barros Pessoa de Souza
Diretor da S C I

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Processo : TRT Nº 10.529/2011

Interessado : Tribunal de Contas da União

Senhor Diretor da SCI,

Certifico a Vossa Senhoria, que procedi auditoria em todas as declarações de Imposto de Renda de Servidores detentores de função comissionada ou cargo em comissão deste Regional, correspondente ao exercício de 2010, não tendo encontrado nenhuma irregularidade nas referidas declarações.

João Pessoa, 23 de maio de 2011

Danilo Cosme de Almeida
Analista Judiciário
Chefe da SA

3.ITEM 13 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010. (FONTE

SPF)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

SUPRIMENTOS DE FUNDOS

Informamos que foram utilizados Suprimentos de Fundos através de cartões de pagamentos do governo federal durante o exercício de 2010 em conformidade com o Ato TRT GP nº 282/2008 e legislação correlata conforme descrição abaixo:

Material de Consumo ..... R$ 11.115,95;
Serviços de Pessoa Física ..... R$ 500,00;
Serviços de Pessoa Jurídica ...R$ 1.298,50.

Informamos ainda que do montante concedido R$ 12.914,45(doze mil, novecentos e quatorze reais, quarenta e cinco centavos) foram autorizados na modalidade saque o valor total de R$ 680,00(seiscentos e oitenta reais) que corresponde a 5,27% do montante gasto.

Leonardo Guedes Pereira
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças